



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA CAROLINA DA LUZ NUNES

Vozes que não se calam e não se esquecem:
representações da Guerra Civil em Moçambique
através da obra *Neighbours*, de Lília Momplé.
(1976-1992)

São Luís - Maranhão
2024

ANA CAROLINA DA LUZ NUNES

Vozes que não se calam e não se esquecem:
representações da Guerra Civil em Moçambique
através da obra *Neighbours*, de Lília Momplé.
(1976-1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado
Alonso

**São Luís - Maranhão
2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Luz Nunes, Ana Carolina.

Vozes que não se calam e não se esquecem:
representações da Guerra Civil em Moçambique através da
obra *Neighbours*, de Lília Momplé. 1976-1992 / Ana Carolina
da Luz Nunes. - 2024.

93 p.

Orientador(a): José Luis Ruiz-peinado Alonso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2024.

1. Literatura. 2. Identidade. 3. Memória. 4.
Renamo. 5. Frelimo. I. Ruiz-peinado Alonso, José Luis.
II. Título.

ANA CAROLINA DA LUZ NUNES

Vozes que não se calam e não se esquecem:
representações da Guerra Civil em Moçambique
através da obra *Neighbours*, de Lília Momplé.
(1976-1992)

Dissertação apresentada ao Mestrado em História:
Poderes, Políticas e Sociabilidades do Programa de
Pós Graduação em História da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em 13 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso

PPGHis | Universidade Federal do Maranhão/Universidad de Barcelona
Orientador

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

DEHIS/PPGHis | Universidade Federal do Maranhão
Arguidor Interno

Prof. Dr. Geraldo da Aparecida Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros - MG
Arguidor Externo

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, certifica que esta é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de mestra em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes

**São Luís - Maranhão
2024**

Dedico esta dissertação a Cabocla Mariana no orí de mãe Amélia de Obaluaê, que em suas poucas palavras me guiou da melhor forma até este caminho e ao meu irmão Roberto (in memoriam) para que de onde estiver, veja que um de nós chegamos nesse lugar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, às minhas senhoras Oxum e Iemanjá e ao meu senhor Ossain, donos do meu orí, que proporcionam força e o caminho aberto para que eu possa seguir em frente. Agradeço a caboclo Mourão que, abaixo de Deus e dos meus orixás, me concedeu a sabedoria e o discernimento necessários para escrever da melhor forma o livro da vida.

Sou imensamente grata à minha mãe, Maria Raimunda, que me deu à vida duas vezes; a primeira, quando nasci, e a segunda, quando me entregou a Maria Amélia Coelho Braga Goulart que, majestosamente, me ensinou a ser obstinada, positiva e transmitiu os melhores exemplos de vida para que eu sempre cerrasse os pés no chão em cada passo que desse na minha caminhada. Ao meu pai, Wilson Costa Goulart, que em sua serenidade me educou e vibrou por cada conquista alcançada. Aos meus irmãos. Pablo, Pétala e Kauã, que foram incentivo nos momentos em que precisei, por acreditarem em mim, promoverem – e continuarem promovendo – momentos descontraídos de acalento essenciais para deixar a vida e a existência mais leves.

Um agradecimento carinhoso a Wesley Silva, meu companheiro, que tive a sorte de ter encontrado nesta vida, pela compreensão, pelos dias que deixamos de estar juntos para que esse sonho fosse possível, pelo seu incondicional apoio e incentivo. Obrigada pelo seu zelo e atenção nas longas horas que aluguei seu ouvido para falar dessa pesquisa e das várias vezes que levou chocolate para “inspirar a minha escrita”. Grata pela cumplicidade e partilha. Que nossos sonhos se tornem realidade!

Ao meu grande amigo e eterno orientador, Josenildo Pereira, principal influenciador e motivador para a continuidade da minha trajetória acadêmica. Obrigada pela paciência, pelas grandiosas contribuições neste trabalho, por não me deixar desistir e pelas injeções de ânimo nas repetidas vezes que disse que daria conta de tudo.

Agradeço às minhas irmãs de santo do Terreiro de Axé Índia Tapuia. Especialmente, a Ana Paula Vieira que, desde antes de eu entrar na pós-graduação, me proporcionou uma excelente escuta e demonstrou-se perspicaz nas longas horas de discussões e conselhos que me concederam diversas perspectivas para essa pesquisa. As suas visitas pela minha “salinha misteriosa” foram essenciais para que

hoje isso fosse possível. Agradeço a amizade, atenção e afeto.

Aos “amifos”, em especial Laryssa e Sandra, por acreditarem obstinadamente na importância da educação e passar esse sentimento para mim, pelas muitas conversas sobre a realidade do que é ser uma pesquisadora. Agradeço a amizade e o carinho de Marcos Almeida, que me incentivou a amar a musculação e fazer desse momento do dia um espaço para descarregar toda a preocupação e peso da pesquisa; seu humor incomparável e sua espontaneidade com certeza fazem a minha trajetória mais leve. Ao meu distante e grande amigo Haroldo Machado que sonhou comigo a aprovação e esteve até o último momento de correção deste texto, seu incentivo nas manhãs de arquivo público foram essenciais para que eu acreditasse no meu potencial.

Ao meu segundo orientador, José Luiz Ruiz-Peinado Alonso, por aceitar o desafio de orientar este trabalho e, apesar dos percalços que apareceram durante a pesquisa e, principalmente, apesar da distância Atlântica que nos encontramos, conseguimos chegar até aqui.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão e à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) por terem tornado possível esta pesquisa. Em especial, à professora Soraia Sales Dornelles pelo suporte e empurrão nos momentos que mais precisei.

*“Quem não sabe de onde vem, não sabe onde
está nem para onde vai”
Lília Momplé*

RESUMO

Essa dissertação tem o intuito de compreender as nuances da Guerra Civil em Moçambique a partir da narrativa literária da autora Lília Momplé, em *Neighbours*, fazendo um breve diálogo com o contexto colonial, bem como os anos que se formaram a luta armada e a independência, associados também ao percurso vivido pela escritora e da própria literatura enquanto um importante espaço de ponderação sobre a guerra civil. Destarte, a literatura torna-se fonte privilegiada de acesso aos imaginários e às representações do conflito, ao apagamento social da guerra e também, a tentativa de apagamento da memória de guerra. Visto que optou-se por considerar as temporalidades e espacialidades da autora para dar luz à historicidade moçambicana, apropriando-se de recursos teórico-metodológicos que subscrevem o lugar de produção da autora, bem como a reconfiguração da memória coletiva traduzida no seu discurso. O romance de Lília Momplé, por meio das narrativas, possibilita ao leitor identificar o cenário político e social de Moçambique após o colonialismo e, do mesmo modo, como o movimento de *apartheid* na África do Sul, transpôs fronteiras, intervindo diretamente na dinâmica social, política e econômica durante a Guerra Civil. Esse recurso também possibilitou a identificação de sujeitos dentro da história de Moçambique, sobretudo aqueles cujas vozes foram silenciadas e apagadas pela história oficial. As Guerras Civas, que perduraram por 16 anos, controlaram a vida privada e os corpos que foram violentados por um sistema construído nas bases do colonialismo português. Portanto, o objetivo é compreender como Lília Momplé, por meio de seu romance *Neighbours*, traz elementos importantes do processo e desenvolvimento da Guerra Civil (1976-1992), em Moçambique, encabeçado pela Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), uma vez que viveu nesse cenário de tensão e instabilidade em seus múltiplos aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; memória; identidade; FRELIMO; RENAMO.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the nuances of the Civil War in Mozambique based on the literary narrative of the author Lília Momplé, in *Neighbours*, making a brief dialogue with the colonial context, as well as the years that formed the armed struggle and independence, also associated with the path lived by the writer and literature itself as an important space for pondering the civil war. Thus, literature becomes a privileged source of access to the imaginaries and representations of the conflict, the social erasure of the war and also the attempt to erase the memory of war. Since it was chosen to consider the temporalities and spatialities of the author to shed light on Mozambican historicity, appropriating theoretical-methodological resources that subscribe to the place of production of the author, as well as the reconfiguration of the collective memory translated in her discourse. Through its narratives, Lília Momplé's novel allows the reader to identify the political and social scenario of Mozambique after colonialism and, in the same way, how the apartheid movement in South Africa crossed borders, directly intervening in the social, political and economic dynamics during the Civil War. This resource also made it possible to identify subjects within the history of Mozambique, especially those whose voices were silenced and erased by official history. The Civil Wars, which lasted for 16 years, controlled private lives and bodies that were violated by a system built on the foundations of Portuguese colonialism. Therefore, the objective is to understand how Lília Momplé, through her novel *Neighbours*, brings important elements of the process and development of the Civil War (1976-1992) in Mozambique, led by the Mozambican Liberation Front (FRELIMO) and the National Resistance of Mozambique (RENAMO), since she lived in this scenario of tension and instability in its multiple aspects.

Keywords: History. Literature. Memory. Identify. FRELIMO. RENAMO.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEMO	Associação dos Escritores Moçambicanos
ASSANA	Associação para o Desenvolvimento de Nampula
ANC	African National Congress
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para Independência das Colônias Portuguesas
FRELIMO ¹	Frente de Libertação de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
MANU	Mozambique African National Union
MNR	Mozambican National Resistance
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MOCIZA	Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
ONU	Organização das Nações Unidas
ZANU	Zimbabwe African National Union

¹ Alguns estudiosos, como o sociólogo moçambicano José Luís Cabaço (2009, p. 13), preferem a forma extensa “FRELIMO” para a instituição enquanto movimento de guerrilha, e a forma “Frelimo”, para o partido constituído após a independência. Aqui, por motivos meramente ortográficos, não existe essa distinção.

ZAPU Zimbabwe African People's Union

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DE LÍLIA MOMPLÉ PARA MOÇAMBIQUE.	20
2.1 Os primeiros passos da literatura em Moçambique	20
2.2 Os anos que se formaram a luta pela libertação	25
2.2.1 breves apontamentos sobre a estratégia da FRELIMO	31
2.3 Moçambique independente: O que mudou?	33
2.4 Lília Momplé: da colonização à independência.	37
2.4.1 Infância Colonial de Lília Momplé.	39
2.4.2 Onde estive nos anos de libertação.	41
2.4.3 O regresso a Moçambique independente.	43
3. GUERRA CIVIL E NEIGHBOURS	44
3.1 As raízes do conflito entre RENAMO e FRELIMO.	47
3.2 Neighbours.	55
4. PERSONAGENS QUE NARRA A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA OBRA.	65
4.1 Os dois lados da guerra: boicotes e estratégias de combate.	69
4.2 Neighbours: a arquitetura do atentado.	73
4.3 Uma guerra que parece não ter fim.	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
FONTES	84
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo é apreender, por meio da análise da obra literária *Neighbours*, da autora Lília Momplé a lógica das narrativas desenvolvidas a respeito das guerras civis em Moçambique (1976-1992). Lília Momplé faz parte de uma segunda geração de escritores empenhados no resgate das tradições orais. Na obra *Neighbours*, a autora orienta o leitor à reflexão sobre o que está sendo narrado e a perceber aproximações do real no enredo, enfatizando relações cada vez mais estreitas entre história e ficção.

Dessa maneira, considera-se a relevância desta pesquisa ao ponto que visa contribuir para reflexões orientadas pelos estudos pós-coloniais atrelados à ideia da literatura enquanto manifestação da experiência humana que abre portas para um olhar que mostra como estão legitimadas as fronteiras dos discursos. A literatura se mostra um importante espaço de ponderação sobre a guerra civil, torna-se fonte privilegiada de acesso aos imaginários, às representações do conflito, ao apagamento social da guerra e à tentativa de apagamento da memória de guerra.

Conforme Bárbara Weinstein (2013), o transnacionalismo evidencia a esfera cultural, priorizando intercâmbios cotidianos, áreas de encontro de diversos âmbitos sociais e compreende a modernidade como um processo que se deu com a participação de diversas sociedades e sujeitos, não apenas as ocidentais. Além disso, essa perspectiva analítica se atenta para as relações como via de mão dupla, assim como para a circulação e transformação cultural das ideias e das práticas. Já o conceito de histórias conectadas (*connected histories*), proposto por Sanjay Subrahmanyam (1997), nos estimula a pensar sobre as circulações de ideias, expansões religiosas, trânsitos migratórios, entre outras dinâmicas de territórios colonizados ou nacionais. Além das conexões históricas (incluindo as internacionais e intercontinentais), tal conceito considera que as histórias são múltiplas e comunicam-se (Gruzinski, 2003).

O transnacionalismo e as Histórias Conectadas emergem ao longo desta pesquisa em diferentes momentos; entre eles, quando se mencionam: a) as formas de dominação instrumentalizadas por Portugal sob a então colônia, bem como o trânsito de estudantes moçambicanos para formação em Lisboa, que é uma nuance da própria autora; b) as relações entre Tanzânia, Argélia e Moçambique na formação da luta armada; c) a rede de grupos contrários aos ideais da FRELIMO como

RENAMO e UNITA, mobilizados por países europeus; d) por fim, analisando a vida de Lília Momplé, já se pode considerar a dimensão atlântica desse estudo; sobretudo, por via das colaborações e trocas conferidas à autora através das diversas viagens que realizou.

Compreendendo que teorizar é um exercício metodológico primordial para o trabalho do historiador, refletimos acerca dos marcos temporais como dispositivos teóricos e realizamos um exercício hermenêutico considerando que analisar as fontes é diferente de torná-las verdade. Peter Burke (2008) nos chama atenção para refletir sobre o que chamou de “Revolução da História” no contexto da Escola de *Annales*, no qual o tempo múltiplo se faz necessário para considerar as particularidades e as experiências sociais. Dessa maneira, passamos a pensar em uma História-Problema, que, a partir deste contexto, se propôs a discutir novos objetos e novas abordagens. Portanto, a literatura se insere nessa perspectiva e se apresenta como fonte privilegiada para a História por conter aspectos que outros objetos não possuem, como questões relacionadas ao imaginário da época que se estuda.

Dessa forma, para compreensão desses conflitos, acenamos para o uso da literatura, uma vez que ela possibilita uma multiplicidade de imaginários que dizem respeito a quem escreve, para quem escreve e do que se escreve, proporcionando um vasto campo de análise para os historiadores. No caso africano, em grande medida, a escrita literária descende da oralidade como marca cultural estruturante do modo de ser ameaçado durante a trajetória de transformações operada pelo sistema colonial europeu. Nele, a escrita literária foi se moldando e se tornando o principal veículo de denúncia de nuances da descolonização e, por fim, da exaltação da nacionalidade moçambicana. Nesta perspectiva, este trabalho faz uso do campo literário para refletir acerca da construção da historicidade moçambicana.

Nesse sentido, apropria-se de conceitos-chave como o de *memória* para pensar a Guerra Civil em Moçambique, uma vez que a literatura produzida nesse contexto é uma forma de resistência social e de memória. Rememorar a Guerra é uma tentativa de revisitar o passado e reescrever uma história diferente do discurso dito oficial, discurso esse em que a sociedade não se vê refletida, não se reconhece. Narrar, contar algo, está ligado ao desejo de conservar, de resguardar, de salvar o passado contra o esquecimento.

Para tanto, pressupomos que as memórias coletivas são portadoras de traumas e fraturas, tal como as subjetividades. Mais que isso, as datas inaugurais das nações,

assim como a constituição de vínculos de identidade nacional, são, em geral, conquistados a partir de fatos traumáticos e violentos, sendo a guerra o modelo maior. Assim, nos termos de Paul Ricoeur:

De fato, não se pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido, a saber, na Europa ocidental e particularmente na França, algumas décadas após os horríveis acontecimentos de meados do século XX. A injunção só passa a fazer sentido em relação às dificuldades, vivenciada pela comunidade nacional ou pelas partes feridas do corpo político, de constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado. Não se poderia falar dessas dificuldades de maneira responsável sem ter antes atravessado as planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva, memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz (Ricoeur, 2007, p. 99).

Os usos políticos da memória, tais como tratados por Ricoeur, causaram um interesse na comunidade de historiadores. A problemática se encontra no cruzamento entre memória e identidade, que se ligam a partir da ideologia. Assim, relaciona-se a história de determinados sujeitos centrais à história de toda a coletividade. No caso da Guerra Civil em Moçambique, em que a ideologia do grupo dominante – FRELIMO – serviu como uma proposta comum do povo, que por sua vez, estava induzido à intenção de legitimação e manutenção do poder. Dessa forma, essa ideologia dominante se tornou parte da memória coletiva a partir da manipulação de narrativas fundadoras.

Pode-se considerar a memória como ponto de intersecção entre a história e a literatura. Um recurso para pensar o vivido e o narrado. No entanto, a literatura não deixa de ser também uma narrativa e vice-versa. Ou seja, se considerarmos toda história fundamentalmente uma narrativa, é possível observar traços literários nesse mesmo discurso histórico. A subjetividade, a memória, a identidade, a oralidade e o imaginário que compõem a narrativa literária, quando confrontadas com outras fontes, também são utilizadas como recurso metodológico para produção historiográfica. De acordo com Ligia Chiappini, o historiador tem que adquirir uma posição perante esse novo objeto, ou seja:

Os historiadores passam a utilizar os textos literários não como fontes de feitos militares ou políticos, nem mesmo de outros fatos, pois a própria noção de fato histórico é posta em discussão, mais como uma espécie de “registro de afetos”, lendo aí vestígios de sensibilidades ou do quotidiano dos agentes anônimos da história (Chiappini, p.19, 2000).

Considerar a literatura como objeto significa não negar povos que foram considerados ágrafos. Povos que tiveram suas vozes silenciadas e que durante séculos não estiveram inseridos na história oficial como agentes de sua própria historicidade. Ou seja, alguns recursos como a oralidade, e a relação desse recurso com a literatura, expandem o espaço na historiografia para reconhecer aspectos sociais e culturais dos povos que foram subjugados pelo discurso colonial através das relações de poder que se instauraram no processo de colonização de Moçambique, por exemplo. Somente na literatura pós-colonial foi possível perceber eventos que foram omitidos dos discursos oficiais. Nesse sentido, é necessário pensar a literatura como fenômeno cultural e histórico, fruto de um imaginário social que aponta identidades, sensibilidades através da lógica da representação.

Conforme definiu o sociólogo Michael Pollak (1989), tratar a memória como um dos recursos utilizados como estratégia nas relações de poder, é levar em conta que esquecimento e silêncio não significam ausência de memória, pois só se esquece o que já foi importante registrar. Assim, silêncio e esquecimento são formas controladas de memória, são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva. Dessa forma, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1989, p.3).

A memória é entendida aqui como um recurso a partir do qual se pensa a relação entre o vivido e o narrado. A respeito dela, Nora (1993) sublinha que,

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica; a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras e projeções (Nora, 1993, p. 9).

A fim de direcionar o olhar para essas questões, entenderemos o conceito de identidade, a partir do jamaicano Stuart Hall, que elabora uma crítica às construções homogeneizadoras do conhecimento histórico, que prima pelo lugar de enunciação do sujeito subalterno, bem como se compromete com os estudos culturais e pós-coloniais. O projeto colonial em Moçambique resultou em uma hibridização cultural que, por vezes, foi geradora de conflitos. Mas, quando associamos as identidades a partir da concepção de Hall (2006), entendemos que:

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade

tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2006, p. 108).

Dessa forma, como reflexo dessa transitoriedade cultural e da fragmentação social em decorrência da colonização, é possível notar uma crise na construção de uma identidade nacional, sobretudo no pós-independência de Moçambique, a partir da proposta identitária da FRELIMO, que se pautou no projeto de criação do *homem novo* (por oposição ao “homem velho” resultante do contato com o colonialismo) “que deveria dar corpo a uma nova identidade moçambicana” (Cabaço, 2009, p. 304). No entanto, a FRELIMO desprezou o fato de que a construção de uma unidade nacional em um país com identidades já existentes, criaria um espaço conflitual, uma vez que essas identidades foram construídas na resistência ao colonialismo, em que a sociedade desenvolveu mecanismos de defesa – e por vezes de adequação – de seus valores e sistemas simbólicos a partir do diálogo com a “modernidade”.

Para o exercício teórico-metodológico utilizamos a análise do discurso com o intuito de compreender o lugar da autora e sua temporalidade, mas, sobretudo, os discursos que serviram para identificar as experiências dos sujeitos em sua obra. Acreditamos que através dessa dinâmica metodológica seja possível verificar que “o sujeito é definido pelo lugar de onde fala, pelo espaço de representação social que ocupa no desempenhar de seus vários papéis, revelando, portanto, sua posição ideológica” (Paulon; Nascimento; Laruccia, 2014, p. 29). Nesse sentido, esse método nos auxilia a compreender as particularidades de Momplé na construção de seus discursos, visto que as narrativas literárias não aparecem apenas como forma de produção artística, mas por intermédio dos quais escreve a História, dada sua relevância temática e científica.

Dessa forma, nas últimas décadas foram realizados estudos e pesquisas de caráter historiográfico à luz da linguística. Dentre os autores que se destacaram nesse campo, Mikhail Mikhailovitch Bakhtin elaborou conceitos relacionados à linguagem dentro de um processo interativo. Bakhtin articula sua discussão sobre o gênero romanesco concedendo a este duas modalidades, a monológica e a polifônica. A primeira refere-se a uma única narrativa que se estrutura em início, meio e fim, descartando a consciência do outro e se caracterizando de forma fechada e sistemática.

No romance polifônico, por outro lado, é dada liberdade aos personagens para que desenvolvam a autoconsciência e se apresentem como dominantes na construção da sua imagem na narrativa. De acordo com Bezerra (2005):

A polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo. Essas vozes e consciências não são objetos do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos (Bezerra, 2005, p. 194).

O autor de um romance polifônico não deixa de ser ativo nas relações dialógicas. Ele interroga, concorda, discorda, cria e recria. Ele tem a função de interlocutor das variadas vozes que estão presentes na narrativa romanesca. As relações dialógicas operam a partir dos enunciados. Nesse sentido, o enunciador de um romance pode propor uma linguagem heterogênea ao ponto que o discurso advém do discurso de outrem, ou seja, o já dito. Assim, “o que caracteriza o romance é que nele diferentes vozes sociais se defrontam, se entrechocam, manifestando diferentes pontos de vistas sociais sobre um dado objeto” (Fiorin, 1997, p. 234).

Portanto, “o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção” (Caregnato, 2006, p. 2). Associado a isso, Lília nos chama a atenção para um contexto que está para além das vivências individuais dos personagens, mas compreende que as formações sociais dos territórios (Moçambique e África do Sul) foram articuladas pelas pautas de seus respectivos dirigentes e estão intimamente ligadas às propostas dos novos textos literários acerca de uma narrativa pós-colonial caracterizada pela denúncia das violências de um país recém independente.

Tendo isso posto, o desenvolvimento desse trabalho estrutura-se a partir das premissas relacionadas a compreender como Lília Momplé, por meio de seu romance *Neighbours* reconfigura o processo e o desenvolvimento da Guerra Civil (1976-1992) em Moçambique, entre os protagonistas da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), uma vez que viveu nesse cenário de tensão e instabilidade em seus múltiplos aspectos, para então analisar como a autora estruturou e construiu o enredo de seu romance para possibilitar que se compreenda nuances das experiências traumáticas vividas por moçambicanos e moçambicanas, de diferentes gerações, num contexto de guerra civil.

Para a realização da análise espacial histórico-crítica aqui pretendida, este

trabalho será organizado da seguinte maneira: o Capítulo 1 acena para uma contextualização histórica em conformidade ao recorte espacial aqui trabalhado – 1972-1992. Importará tratar dos contextos global, continental e nacional, buscando conexões, primordialmente, a partir da vida de Lília Momplé com a historicidade de Moçambique no pós-colonialismo e com a construção da literatura moçambicana. Importará, ainda, a esta seção, informar sobre o cenário local, descrever, introdutoriamente, Moçambique, bem como o processo colonial e a independência que ocorreu em 1974. Posteriormente será mais amplamente desenvolvido o tema referente à Guerra Civil.

No Capítulo 2 trataremos de apresentar o objeto da pesquisa em maiores detalhes. Será estudada a obra *Neighbours* enquanto uma literatura de Guerra Civil, acenando para suas temporalidades e espacialidades, percebendo assim as aproximações entre história e literatura. Analisar como a autora estruturou e construiu o enredo de seu romance para possibilitar que se compreenda nuances das experiências traumáticas vividas por moçambicanos e moçambicanas, de diferentes gerações, no contexto da guerra civil. Serão traçadas as relações entre RENAMO e FRELIMO, sobretudo acerca das cooperações que ambas receberam para a difusão da Guerra e as motivações pelas quais se pautaram ao longo dos 16 anos.

No Capítulo 3 discutiremos a obra a partir da base teórico-metodológica que é análise do discurso – vinculado ao tema-problema proposto – para compreender as experiências vividas pelos personagens, mas, sobretudo, de que forma a obra teve um papel de extrema importância para perceber os conflitos armados da Guerra Civil e as dinâmicas utilizadas pelas frentes na luta pelo poder em Moçambique, bem como os atentados e boicotes que eram arquitetados para a desestabilização da FRELIMO.

2 DE LÍLIA MOMPLÉ PARA MOÇAMBIQUE

“As pessoas que não conhecem seu passado estão condenadas a repeti-lo”

Lília Momplé.

Neste capítulo será discutido o contexto histórico da literatura em Moçambique a partir da vida de Lília Momplé desde sua infância, adolescência até a fase adulta. Objetivamos entender as conexões em níveis global, continental, regional e local – com destaque aos aspectos coloniais e ao processo de independência em Moçambique.

Portanto, entender a Guerra Civil a partir da literatura demanda compreender as temporalidades e espacialidades da autora em confluência com a historicidade de Moçambique. Desta forma, detalhamos a construção da literatura, bem como suas fases atreladas à historicidade e as experiências da escritora enquanto moçambicana que vivenciou o colonialismo, e mais tarde a independência do país, bem como suas motivações para a escrita. Modos de se comportar, de viver em sociedade, mas, sobretudo, as formas de dominação e de disputa pelo poder estiveram presentes nas obras literárias, pois os autores escreviam de acordo com o processo que o país estava atravessando e será dessa forma que partiremos para conhecer o contexto histórico de Moçambique.

2.1 Os primeiros passos da literatura em Moçambique

A literatura, enquanto experiência humana, comporta singularidades que dizem respeito a quem escreve, sobre o que escreve e para quem escreve. No caso específico das literaturas africanas, essa é a marca incisiva para compreensão dos processos coloniais e anti-coloniais que desembocaram na Guerra Civil; em grande medida, em países do eixo sul que estavam sob domínio colonial português e que atravessaram um longo processo de lutas pela libertação e, posteriormente, pela reintegração e reconfiguração da categoria de Estado independente.

Como iremos tratar primeiro da gênese da literatura africana em associação com a historicidade de Moçambique, é válido trazermos dois conceitos que foram trabalhados por Manuel Ferreira (1987) em *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Para tanto, quando falamos em “literatura colonial”, aludimos para uma narrativa a partir do homem europeu (o colonizador) “redentor do dom imperial”, mas,

quando referimos as “literaturas africanas de expressão portuguesa”, conforme Manuel, trazemos esse universo africano como sujeito da enunciação. Dessa forma, o autor trata, ainda, do percurso das literaturas de língua portuguesa em Moçambique, atrelado à historicidade do país, e dividido em quatro fases: na primeira, destaca o teórico, é o momento da alienação cultural, o escritor está em estado quase absoluto de alienação; na segunda fase, se destaca a percepção da realidade, os primeiros sinais de sentimento nacional; na terceira fase, o escritor adquire a consciência de colonizado, é o momento de desalienação e do discurso da revolta; e, por fim, a terceira fase corresponde à independência nacional, quando se contempla a reconstituição da individualidade plena do escritor africano. A produção literária orienta para uma compreensão dinâmica em que esses momentos não são rígidos ou inflexíveis e permite que um escritor, muitas vezes, atravessasse dois ou três deles a partir do seu espaço ontológico e de criatividade.

Patrick Chabal (1994) traz uma perspectiva mais historicista, em que também propõe quatro fases abrangentes das literaturas africanas de língua portuguesa. A primeira, é denominada de *assimilação* e nela os modelos de escrita imitam os modelos europeus. A segunda, a da *resistência*, é a fase em que o escritor assume a posição de defensor da cultura africana, de valorização, conscientização da africanidade e é o momento do rompimento com os moldes europeus. A terceira fase é verificada depois da independência: é o tempo de afirmação em que o escritor define sua posição na sociedade pós-colonial. E a quarta fase seria a atualidade, em que há um esforço para traçar os novos rumos da literatura e o seu lugar no *corpus* literário universal.

Assim, os primeiros meios de divulgação dessa literatura foram os jornais, pois muitos jornalistas começaram a produzir obras literárias a partir da década de 1940. Essa produção não aparece apenas como uma ferramenta de resistência ao sistema vigente, mas também como uma maneira de reivindicar um espaço sociocultural e simbólico específico. No jornal moçambicano Tempo, na edição 580, datada de 22 de novembro de 1981, o autor Luís Bernardo Honwana fez uma reflexão sobre o papel e a importância da literatura na cultura de Moçambique, além de abordar o próprio conceito de cultura moçambicana (Honwana, 1981, p.54). Ele evidenciou que, naquele contexto, havia uma associação de escritores que eram, em sua maioria, pequenos funcionários, trabalhadores, e moradores das áreas periféricas de grandes cidades, incluindo “pretos, mulatos e brancos pobres, filhos da terra” (Honwana, 1981 p.55). Também havia uma burguesia local interessada em desafiar as relações econômicas

impostas pela metrópole colonial através dos meios de comunicação. Essa separação entre literatura e jornalismo só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial, pois, segundo Honwana, até aquele momento, a literatura era muito influenciada pela produção colonial realizada por portugueses (colonos, viajantes e exploradores).

Os primeiros jornais que tinham essa característica associativista e que visavam defender a cidadania de uma população negra marginalizada frente ao poder colonial partiu da mobilização de um grupo chamado de “aculturados” que, embora não tivessem uma consciência nacionalista, defendiam o nativismo. *O Africano* e, depois, *O Brado Africano*, surgem neste contexto de transição do antigo regime da metrópole para a república. A direção e fundação dos jornais é sob domínio dos irmãos Albasini. Para o crítico literário Francisco Noa, as crônicas e artigos publicados flutuavam identitariamente entre duas margens:

[P]or um lado, uma intervenção cívica e política, através da imprensa, com artigos de opinião, editoriais e crônicas, muitas vezes de uma acutilância e de virulência devastadoras [...] Por outro lado, a sua flutuação, numa pantomima involuntária e dramática de contradições, espraia-se na forma como acabavam por legitimar aquilo que aparentemente denunciavam e combatiam. Isto é, tanto pugnavam pelos interesses dos africanos com quem se identificavam, como eram capazes de calorosamente reivindicar a sua condição ou a sua aspiração à cidadania portuguesa (Noa, 2008, p. 37-38).

Portanto, as primeiras manifestações de cultura escrita durante a colônia, se fizeram por meio de uma elite política e econômica de Moçambique que se caracterizava como urbana e mestiça. Havia no discurso a busca pelos interesses dos africanos, mas, também, uma reivindicação pela cidadania portuguesa. No entanto, de acordo com Chabal (1994), o jornal *O Brado Africano* “providenciou a estrutura a partir da qual a literatura moçambicana emergiu dos anos 1940 em diante” (Chabal, 1994, p. 43), embora poucos mestiços tenham publicado nesse período. Além disso, grande parte dessa produção estava vinculada ao projeto da literatura colonial e a serviço da metrópole. A veiculação dos jornais dos irmãos Albasini foi um marco de oposição às produções hegemônicas e abriu espaço para uma produção literária que antecipa a independência do país.

Sob essa perspectiva, a pesquisadora Fátima Mendonça (2008) faz uma divisão esquemática sobre a produção literária num contexto em que a própria nação ainda não tinha vias para existir.

Considera haver três tempos da literatura moçambicana: o “protonacionalismo”, que aparece ainda frágil no início do século XX, ganhando

corpo principalmente entre as décadas de 30 e 40; o movimento do nacionalismo e da negritude até a década de 60 e as “tendências variadas pós-independência”, aos poucos desenvolvidas após 1975 (Mendonça, 2008, p. 12).

A partir da década de 1940, o termo “moçambicano” começa a aparecer na escrita literária associada à ideia de nação. A literatura colonial passa a ser contraposta por uma literatura nacional notadamente nas poesias de José Craveirinha e Noémia de Souza, por meio desses autores que “a utopia da “nação” vai ganhando contornos e emoções” (Cabaço, 2009, p. 287). José Luís Cabaço (2009), em “*Gênese do nacionalismo moçambicano*” considera que a literatura “alimentou na imaginação dos nacionalistas a utopia de um amanhã de liberdade” (Cabaço, 2009, 287). Em vista disso, essa escrita produzida nesse momento estava engajada culturalmente e politicamente por meio de um sistema que consistia em um corpo de autores, leitores, obras que circulam e uma crítica. Dessa forma, Noa concorda que a literatura moçambicana seria:

Premonitória não só dos movimentos de libertação, mas também das independências. Portanto há uma antecipação aqui, pela sensibilidade, pela imaginação, e a utopia vai ser uma imagem de marca desta literatura, desta poesia, que nos mostra exatamente que virá sempre um futuro melhor, em que a exploração irá acabar, a colonização irá acabar, e que haverá uma literatura própria. Portanto eles têm esta consciência de que estão a construir uma literatura própria, e que ela se vai afirmar exatamente num Estado independente. Portanto, cruzam nessa literatura uma nação cultural, uma dimensão utópica de uma nação cultural, mas também de uma nação política. Está ali claramente desenhado isso, em muitos dos textos que atravessaram os anos 1940, 1950 e 1960 (Noa, 2014, p. 352-353).

Cabaço (2009) nos fornece suporte para pensar nas formas como o nacionalismo moçambicano tem suas raízes não só pelo contato dos assimilados com a Europa, mas por meio das organizações moçambicanas, que já tratavam desse assunto sem necessariamente ter tido contato com ideias iluministas. O autor se refere a algumas associações como a chamada *Makonde And Makua Zanzibar Union*, que procurava “promover um ambiente de laços fraternais entre os sócios e fomentar este espírito entre todos os membros da nossa tribo” (Cabaço, 2009, p. 264). Pode-se, então, exprimir uma noção de identidade que tinha como base a sua própria cultura, que neste caso se tratava de um grupo étnico-linguístico dos Makonde. Dessa forma, a construção identitária em Moçambique é complexa, de modo que se trata de uma região pós-colonial em que houve a presença efetiva e violenta do colonizador e devido ao imperialismo. Como afirma Edward W. Said, “todas as culturas estão mutuamente

imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo.” (SAID, 1999, p. 28)

A partir da década de 1960, a literatura passa a criticar as estruturas de dominação e reivindicar a construção de uma identidade puramente moçambicana, desprezando o que Homi Bhabha (1998) denominou de lugar do sujeito colonial. Havia nos movimentos de independência a necessidade de definir uma identidade “verdadeiramente africana”, que sacralizava o passado e excluía a experiência colonial, mas, quando se coloca o passado neste lugar de mutilação e esquecimento, esbarra na problemática da reprodução de códigos organizacionais, alterando apenas os indivíduos brancos pelos negros, enquanto deveria se tratar de uma “reinterpretação do lugar do sujeito pós-colonial inscrito na contra-textualidade colonial e emergente dela” (Gomes, 2009, p. 3).

Após o processo de libertação, a literatura se impôs para a configuração/reconfiguração de uma identidade nacional. Os escritores dessa nova geração traduziam o cotidiano e as experiências sociais criando espaços de denúncia e recuperando as tradições orais que marcavam a memória coletiva. A respeito desse procedimento, Luís Carlos Cabaço sublinha que

A dialética da formação da identidade exige clareza sobre os pontos de partida. E se são diversos os caminhos percorridos pelos nossos escritores, é mais ou menos pacífico para todos eles que a literatura moçambicana caminha, com maior ou menor ênfase, sobre dois carris: a língua portuguesa, como meio de expressão escrita e processo de inculturação – não como referente intertextual marcante – e a tradição oral (e agora a tradição inventada do processo revolucionário) como permanente busca de uma intertextualidade nacional (Cabaço, 2004, p. 66).

Neste lugar da contra-textualidade colonial², que durante os anos de 1970 e 1980 essa literatura pós-colonial, aparece nestes termos compreendendo um processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadas e colonizadoras. No entanto, de formas distintas. Isto posto, como explica Lorraine Zanutim (2016):

a literatura pós-colonial não é a posterior à colonização, mas sim aquela que veio durante a colonização para dar voz à experiência do colonizado, ignorado pela produção principal vigente até então, e tentar se posicionar, dessa vez, como esforço literário organizado, tanto em sua forma quanto em sua temática,

² Trata-se de uma corrente literária e crítica que questiona e contesta as narrativas coloniais dominantes, com o objetivo de dar voz aos indivíduos e culturas marginalizadas pelo processo colonial. Esta perspectiva, inserida no cenário do pós-colonialismo, examina os efeitos duradouros do colonialismo, particularmente em relação às identidades, políticas e economias das nações anteriormente colonizadas.

a fim de disseminar discursos que subvertem os discursos da expansão colonial (Zanutim, 2016, p. 19).

Nesse contexto, surgem alguns autores como Lília Momplé, que perpassam o desenvolvimento da guerra de libertação, posteriormente à Guerra Civil, e por meio de seus trabalhos problematizam as desigualdades, os problemas sociais vividos pelos seus conterrâneos, abordando criticamente a exploração colonial e registrando a indissociável relação entre colonialismo e violência.

2.2 Os anos em que se formou a luta pela libertação

A Conferência de Berlim³, realizada entre os dias 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, foi motivada pela necessidade de acordo e oficialização do domínio sobre parte do território africano. Essa dominação teve início desde o avanço comercial e imperialista das grandes navegações, ocorridas principalmente entre os séculos XV e XVII. No século XIX, a Europa entra em um processo de reafirmação política, ideológica e territorial do colonialismo, que leva a cabo o projeto colonial nos países de África a partir de procedimentos que visavam convencer o dominado da sua inferioridade. Assim, como verifica José Luís Cabaço (2009):

A “superioridade” do europeu se afirma inexoravelmente sobre a “inferioridade” do homem negro e se fixa num acúmulo de representações negativas e depreciativas que, diminuindo os povos africanos, exaltam os méritos e os predicados de quem exerce o “poder de nomeação” de qual fala Bourdieu (Cabaço, 2009, p.101).

O sistema colonial, enquanto estrutura essencialmente violenta, tanto controlou todas as dimensões da vida das populações, como utilizou da força e do aparelho ideológico para a colonização do imaginário e da subjetividade. Conforme Josenildo de Jesus Pereira (2019), a dominação colonial se efetivou a partir de três conquistas: da mente, por meio das missões civilizatórias; do corpo, através da violência; do território, mediante a política de povoamento. Dessa forma, havia uma negação de humanidade ao colonizado, sustentada pela violência simbólica e mascarada das mais generosas intenções civilizatórias.

Nas negociações da Conferência de Berlim, as intenções de Portugal eram

³ Define, entre as metrópoles europeias, as regras de legitimação da ocupação dos territórios africanos e a partilha do continente em colônias, a fim de evitar atritos entre as potências que se tornavam cada vez mais competitivas. Participaram nesta conferência 14 países, entre os quais Portugal, incluindo alguns Estados que não dispunham de colônias, como foi o caso dos países escandinavos e dos EUA.

formar o “Mapa cor de rosa” que anexaria territórios de Angola para conectar com Moçambique e facilitar o trânsito comercial da metrópole por via dos oceanos Atlântico e Índico. No entanto, os ingleses, então colonizadores da região central, pressionaram Portugal para desistência deste projeto. Em decorrência disso, inicia-se um movimento de intensificação do sistema colonialista português, a fim de assegurar o poderio sobre suas colônias, aumentando a exploração da mão de obra, que outrora consistia no tráfico de escravizados para América e posteriormente se baseava pelo trabalho escravo dentro do território em África, com a finalidade de exploração de recursos naturais para sustentação da industrialização e do capitalismo europeus.

Com a emergência do Estado Novo em 1926, amplifica-se a valorização salazarista e as colônias passam a ser consideradas *províncias ultramarinas*, em que os colonizados deveriam se adequar aos parâmetros ocidentais. O pensamento governante colonial visava explicitamente a modernização da economia e a melhoria das condições de vida em Portugal, que a partir daquele momento estavam pautadas também pelo processo de *assimilação*. A política *assimilacionista* consistia na ação missionária conduzida por um clero formado em Moçambique e vinculado aos interesses da metrópole, que propunha o trabalho em primeiro lugar e a ação educativa como complementar (Cabaço, 2009, p. 106-107). Com o Ato Colonial⁴, há uma divisão de tarefas que colocavam em prática a concepção portuguesa de *assimilação* e o seu caráter ético-católico.

A partir do Ato Colonial “produzir *portugueses*” entre as populações de Moçambique era subtrair os *indígenas* da influência dos “*usos e costumes*” tradicionais *ensinando-os* a viver como “*bons católicos*” (função das missões) e *disciplinando-os* pela experiência do trabalho em função do Governo da colônia (Cabaço, 2009, p. 115).

No entanto, Cabaço aponta que a política de assimilação não teve o resultado esperado, uma vez que “mostrou-se incapaz de incorporar e conter o surgimento de novos grupos sociais que se formavam à revelia da ação das autoridades ou de instituições formalizadas” (Cabaço, 2009, p. 185), sobretudo no que se refere aos

⁴ A promulgação do Ato Colonial, em 1930, inaugurou uma nova fase na administração colonial e no projeto político de Salazar. Tratava-se do Decreto nº 18.570, de 8 de julho, elaborado pelo advogado Quirino de Jesus e por Armindo Monteiro, que assumiu, de 1931 a 1935, o Ministério das Colônias. Baseava-se nos princípios teóricos da inviolabilidade da integridade territorial, do nacionalismo imperialista e da missão civilizadora de Portugal, enquanto país cristão, ocidental e europeu, tendo por isso uma “função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos”. O conjunto dos territórios possuídos pelos portugueses passou a denominar-se de *Império Colonial Português*.

movimentos de libertação que começam a se formar em 1960 com diversos dirigentes oriundos de famílias *assimiladas*.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o poderio europeu sobre as colônias africanas enfraqueceu. Após a derrota dos regimes do Eixo – bem como a [própria] Europa renascida do pós-guerra –, a pauta da luta antifascista ganha visibilidade aos movimentos emancipacionistas dos povos colonizados e contribui para a construção de uma consciência anticolonialista, dando espaço para solidificação dos movimentos de resistência.

A construção de um novo pensamento político, cujo intuito era fomentar um futuro movimento de libertação, tem início em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o V Congresso Pan-Africano em Manchester, que teve a participação de delegados africanos. Como resultado, se redigiu um documento no qual se tratou de diretrizes e ações para a independência, mas, sobretudo do anseio pela libertação.

Os delegados do Quinto Congresso Pan-Africano acreditam na paz. Como poderia ser diferente quando, durante séculos, os povos africanos foram vítimas da violência e da escravidão? No entanto, se o mundo ocidental ainda está determinado a governar a humanidade pela força, então os africanos, como último recurso, podem ter que apelar para a força no esforço de alcançar a liberdade, mesmo que a força os destrua e ao mundo. Estamos determinados a ser livres. Queremos Educação, o direito de ganhar uma vida decente, o direito de expressar nossos pensamentos e emoções e adotar e criar formas de beleza. Sem tudo isso, morreremos para viver. Exigimos autonomia e independência da África negra, um mundo para grupos e povos governarem a si mesmos sujeitos à inevitável unidade e federação mundial (Santiago, 2021).

Posteriormente, em 1957, criou-se o Movimento Anti-Colonial (MAC), composto por diversos estudantes das colônias portuguesas, entre eles, Amílcar Cabral, considerado o “pai” da independência conjunta de Guiné-Bissau (10 de setembro de 1974) e Cabo Verde (5 de julho de 1975). Embora o MAC tenha sido um movimento de curta duração, serviu como ponto de partida e suporte teórico à luta anticolonial. Em 1960, este movimento foi alargado durante a II Conferência dos Povos Africanos, que representou um centro de unidade entre os movimentos de libertação das províncias portuguesas, dando origem à Frente Revolucionária Africana para Independência das Colônias Portuguesas (FRAIN), que agrupou diversas organizações nacionalistas, como o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). No mesmo ano, inicia-se um processo de luta armada contra Portugal, em prol da independência de Moçambique, organizado pela Frente de

Libertação Moçambicana - FRELIMO (1962) com o apoio de países socialistas como União Soviética, Cuba e China, fornecendo material bélico e contingentes para as batalhas contra o exército português.

Nesse contexto, Portugal estava transitando em meio a uma ditadura, sob o comando de Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), que demonstrava uma postura autoritária em relação às colônias de África, e era contrário a qualquer concessão de autonomia aos territórios ultramarinos. O regime do Estado Novo, instaurado por Salazar, foi caracterizado de diversas formas, tais como: nacionalista exacerbado, “[...] regime fascista, fascismo-movimento, fascismo-regime, ditadura civilizada, regime autoritário, nacionalismo antiliberal, autoritarismo antidemocrático, corporativismo antissocialista, salazarismo” (Almeida, 2014, p. 11). Mesmo com o início da descolonização em África, Salazar, empenhado na dominação colonial, entendia que em Portugal o percurso se definia por:

(...) uma linha de integração num Estado unitário, formado por províncias dispersas é constituído por raças diferentes(...) trata-se de uma tendência circular alimentada por uma forma peculiar de convivência com os povos de outras raças e cores que descobrimos aos que levamos com nossa organização administrativa a religião comum dos portugueses, os mesmos meios de acesso à civilização(...).

E acrescenta:

(...) a equiparação dos territórios e províncias, a representação destas diversas parcelas da única Assembléia Representativa e a intercomunicação dos elementos da administração pública por territórios, independente da origem e da raça são traços dominantes do sistema(...) (Salazar, 1957 p. 10).

Durante a década de 1960, o diálogo entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e Portugal se opunham, à medida que:

De um lado a ONU sustentava que as nossas “províncias ultramarinas” não eram parcelas do território nacional, mas colônias ou territórios não autônomos, cujos povos tinham direito à autodeterminação. Do outro lado, Salazar entendia que Portugal, embora espalhado por diversos continentes (país pluricontinental), era um Estado uno do Minho ao Timor, que as “províncias ultramarinas” eram verdadeiras parcelas do território pátrio e que os habitantes eram todos portugueses, “ali é Portugal”. De modo que não havia quem libertasse esses povos do jugo colonial, pois este não existia. Os territórios e povos ultramarinos aceitaram voluntariamente pertencer ao todo nacional. A guerra não era uma guerra de libertação dos povos angolano, moçambicano e guineense, mas uma guerra “que fora movida” (Amaral, 1994, p. 32).

Diante desta situação, a pressão dos organismos internacionais sobre Portugal para que reconhecesse o direito de autodeterminação e independência de suas

colônias, associada à união dos territórios de língua portuguesa em África para fazer frente a um adversário comum, foi inspirada nas ideias do cabo-verdiano Amílcar Cabral (1924 -1973)⁵. Assim, foi fundada a “*Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas*”, em março de 1960. Esse ambiente de instabilidade em Portugal contribuiu para a organização da Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim à ditadura de Salazar e teve como consequência a independência dos países ora colônias de Portugal.

Amílcar Cabral se destacou como grande ideólogo da libertação das colônias portuguesas, influenciando a luta armada em Moçambique ao lado de Eduardo Mondlane, que se tornou o principal dirigente e mentor da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O percurso profissional de Eduardo Mondlane teve início em 1957, quando foi nomeado oficial de investigação no Departamento de Curadorias das Nações Unidas, até 1961, quando decide abandonar este cargo, a fim de dedicar-se exclusivamente à causa da independência de Moçambique.

Dessa forma, a partir de 1961, foram organizados congressos e encontros se pautavam na unificação dos movimentos nacionalistas já existentes em Moçambique (UDENAMO, MANU E UNAMI) . No I Congresso realizado em Dar-Es-Salam, na Tanzânia, em 1962, foi deliberado a fundação da FRELIMO da qual Eduardo Mondlane foi eleito como presidente.

Desde o I Congresso da FRELIMO (1962) que os objetivos do movimento foram postos em evidência: a liquidação total da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa de Moçambique e a defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo regime colonial português. Em outras palavras:

O significado essencial do I Congresso é duplo: o I Congresso estabeleceu uma plataforma justa, capaz de unir todos os patriotas moçambicanos; o I

⁵ Nasceu em Bafatána Guiné Bissau, a 12 de setembro de 1924, filho do professor Juvenal Lopes Cabral e de Iva Pinhel Évora. Em 1956 juntamente com Aristides Pereira, o seu irmão Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Elisée Turpin, fundou o Partido Africano da Independência (PAI), assumindo o cargo de seu secretário-geral. Em 1962, o PAI muda a sua designação para PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e, no ano seguinte, estabelece uma delegação na cidade de Conacri, iniciando a luta armada em janeiro de 1963. Neste ano, Amílcar Cabral visita a República Popular da China onde se assume que a revolução deveria partir do campesinato. Em 20 de Janeiro de 1973, Cabral é assassinado em Conacri, por dois membros do seu próprio partido (assassinato que a propaganda anti Estado Novo assacou, erradamente, à PIDE).

Congresso fixou como objetivo central da FRELIMO, a libertação da Pátria e determinou a estratégia e a tática para atingirmos esses objetivos (...). O I Congresso definiu o papel fundamental da unidade no processo de libertação nacional; ela provou que a divisão era a causa maior do fracasso da resistência histórica (...) ao colonialismo. O I Congresso é, pois, Congresso da UNIDADE (FRELIMO, 1977 *apud* Luis, 2005, p. 24)

João Paulo Borges Coelho (2019) caracteriza como *Roteiro da Libertação* os eventos organizados pela FRELIMO, em que “cada congresso ocorre para resolver uma crise que se agravava no interior de cada período, e para neutralizar a ameaça que essa crise representava para o empreendimento nacionalista” (Coelho, 2019, p. 5). No 2º Congresso da FRELIMO ocorrido em 1968, prevaleceu o discurso pró-guerra popular que estimulava a criação de *Zonas Libertadas*⁶ no interior de Moçambique sob o controle do movimento e fora do alcance da administração colonial. Essas zonas se constituíram como miniaturas do que se pretendia alcançar em todo o país a partir do desencadeamento da luta armada.

O processo de luta armada em Moçambique teve início sob a direção de Eduardo Modlane. No entanto, um ano após o 2º Congresso da FRELIMO, em 1969, Mondlane foi vítima de assassinato por agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)⁷. Em seu lugar, Samora Machel é nomeado como o novo presidente da FRELIMO, demarcando ainda mais a postura “marxista-leninista originária, tanto da formação intelectual dos combatentes letrados, quanto das relações que o movimento mantinha com países que apoiavam o movimento de libertação dentro do contexto da Guerra Fria” (Souza, 2017, p. 53). Essa ideologia política surge por meio do processo de luta interna de classes, que permitiu assumir e interiorizar os fundamentos do socialismo científico, e não como um produto de uma importação, destacando-se, ainda, como uma ideologia reconhecida e ancorada por Samora Machel que irá conduzir, tempo depois, a luta armada em Moçambique.

⁶ A guerrilha chamava de “zonas libertadas” os territórios onde a administração estava sob controle da FRELIMO. O conceito para a FRELIMO, como explicam Bragança e Depelchin, (Bragança; Depelchin, 1986, p.36) referia-se às transformações das relações sócio-econômicas da vida dessas populações.

⁷ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi criada a 22 de outubro de 1945, no auge do Estado Novo. A função desta polícia era perseguir, prender e interrogar qualquer indivíduo que fosse visto como inimigo à ditadura salazarista.

2.2.1 Breves apontamentos sobre as estratégias da FRELIMO na luta armada

Portugal apresentava vantagem sob a FRELIMO tanto quantitativamente como também em termos bélicos. No entanto, mesmo com essa vantagem, Portugal apresentava vários problemas, sobretudo porque lutavam em um território hostil, enquanto grande parte dos combatentes eram compostos por moçambicanos. Além disso, o movimento de guerrilha, embora tenha começado com pouco mais de 250 homens e, anos mais tarde, tenha atingido 8.000 homens treinados que tinham comportamento hostil em relação aos portugueses.

Os primeiros grupos de combatentes moçambicanos foram treinados na Argélia. Cabe destacar que a Argélia obteve a sua independência da França em 1962. Por isso, serviram de exemplo e apoio para as operações da FRELIMO. Um outro ponto problemático para Portugal foram as despesas excessivas e a falta de apoio necessário da população metropolitana, que estava devastada face à ditadura Salazarista. Portanto, a luta empreendida em Moçambique gerava um problema interno para o governo de Portugal dentro da própria metrópole.

Em 1964 iniciam-se os ataques a vários pontos administrativos e militares na província de Cabo Delgado. A FRELIMO fazia uso do conhecimento da região e especialmente da identidade étnica da população para proclamar ainda mais o sentimento de natividade, pois, a partir da sensação do pertencimento étnico que pairava sobre a sociedade, conseguiram recrutar combatentes para o exército guerrilheiro que atacavam e recuavam para ganharem aos poucos mais zonas e apoio local.

O modelo tático-estratégico adotado pela FRELIMO consistia na *Guerra Popular Prolongada*⁸, que visava a vitória no seu próprio espaço físico, associado também à criação de uma consciência de classe, a fim de conquistar a população para o projeto da luta armada, sobretudo adotando táticas de guerrilha que compreendia a organização de pequenos núcleos de combatentes que teriam bases de apoio no campo. Em resposta, a fim de conter o avanço das guerrilhas e do recrutamento, os portugueses lançaram a construção de aldeamentos, cujos objetivos eram confinar e

⁸ É uma estratégia militar maoísta, desenvolvida pela primeira vez pelo líder revolucionário comunista chinês Mao Zedong (1893-1976), o conceito básico por trás da guerra popular é manter o apoio da população e atrair o inimigo para o interior (estendendo suas linhas de abastecimento) onde a população irá os enfraquecer através de uma mistura de guerra móvel e guerra de guerrilha. Foi usado pelos comunistas chineses contra o Exército Imperial Japonês na Segunda Guerra Mundial, e pela República Soviética da China na Guerra Civil Chinesa.

manter controle sob os nativos, para que não tivessem contato com guerrilheiros.

Com o assassinato de Eduardo Modlane, os portugueses criaram expectativas na aniquilação da FRELIMO. No entanto, motivados pela revolta com a morte do então presidente, os combatentes se mostraram mais hostis e valeram-se de mais estratégias que resultaram na conquista de novas regiões. Dessa forma, à medida que a FRELIMO alcançava paulatinamente mais espaço, adquiria, com isso, maior apoio da população. Embora se verificasse um sucesso no movimento de guerrilha em decorrência das sucessivas vitórias, a FRELIMO passa a apresentar algumas fissuras internas que irão embasar um embate de ideias no seio do movimento. Nesse percurso, “se dividiam entre a linha revolucionário-socialista de libertação nacional e a linha reacionária-moderada, que também seria de libertação, mas que não queria mudanças no modelo de produção capitalista que vigoraria no país” (Duarte; Figueiredo, 2020 p. 132). No entanto, mesmo que essas fissuras fossem evidentes no percurso da luta armada, a postura da FRELIMO permanecia a mesma, conforme aponta Duarte; Figueiredo:

A FRELIMO seguia as diretrizes do modelo marxista e de treinamento guerrilheiro com apoio, ora discreto, ora ostensivo, de países do bloco socialista. Portanto, a linha política revolucionária foi conquistando o seu espaço no seio da organização armada e, conseqüentemente, acomodando-se como concepção política durante o processo de independência nacional a posteriori. Contudo, deve-se registrar que esses processos não foram uma acomodação natural; pelo contrário, no curso político, realçaram-se inúmeras fissuras que dariam origem, posteriormente, a conflitos internos de grave caráter para a condução do processo revolucionário dentro de Moçambique (Duarte; Figueiredo, 2020 p. 133).

Portanto, o curso da guerra ainda seguia com caráter das forças revolucionárias, que se solidificaram com a morte de Salazar em 1970, mas, sobretudo, a partir da Revolução dos Cravos, em abril de 1974, gerando desgaste militar que ocasionou o fim da ditadura salazarista. Essa conjuntura favorece os combatentes moçambicanos à medida que, “de um lado, contava com a sorte do falecimento do ditador e do avanço da revolução libertadora e, de outro, tinha um efetivo militar guerrilheiro muito bem consolidado e reconhecido no território nacional” (Duarte; Figueiredo, 2020 p. 133).

A Revolução dos Cravos enfraqueceu o domínio de Portugal sob a colônia, a essa altura o movimento de libertação em Moçambique chegou ainda mais perto de tomar poder para criação de um Estado moçambicano com raízes populares e influência campesina. Desse modo, após décadas de lutas e conquistas por meio de guerrilha, em 25 de junho de 1975, no aniversário de 13 anos da FRELIMO, (o que parece proposital), Samora Machel, junto aos guerrilheiros, adentram as principais

idades, proclamam a independência do país e em questão de pouco tempo, Machel torna-se o novo presidente de Moçambique, agora, reconhecido como país soberano.

2.3 Moçambique independente: o que mudou?

Ainda em 1974, a FRELIMO assumiu o controle do Estado durante o governo de transição, herdando uma complexa situação política, social e econômica. Novos problemas emergiram na transformação da colônia em Estado e a consequente a busca do regime por uma unidade nacional, baseada na centralização da autoridade do governo acarretou ainda mais conflitos ideológicos, políticos e sociais. O movimento vanguardista que levou a cabo a libertação de Moçambique estabeleceu uma liderança do tipo unipartidária, ocupando com os combatentes da guerra os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Em prol da construção do Estado, a Frente centralizou toda a autoridade no “partido-Estado”, erradicando todas as formas de oposição política do país. Conforme afirma Maria Paula Meneses (2015), “a empresa nacionalista, apelando à igualdade e ao apagamento da diversidade cultural, originou contradições no tecido social moçambicano, marca de continuidades com mecanismos de dominação modernos que continuam a impor a sua ação” (Meneses, 2015, p. 11).

A Declaração de Independência de Moçambique é um dos primeiros documentos que exprimem a nova organização para a transformação do Estado. A partir dela, compreendemos todo o projeto de unificação elaborado pela FRELIMO instituindo que:

A República Popular de Moçambique, Estado do Povo trabalhador moçambicano será dirigido pela FRELIMO, instrumento de organização, de mobilização do Povo Moçambicano no combate pela libertação nacional, que continuará a dirigi-lo na nova fase da luta pela construção do Estado democrático popular, pela reconstrução nacional, pela liquidação da exploração do homem pelo homem. Em todos os níveis será afirmada a primazia das decisões e estruturas do Partido sobre as do Governo (Machel, 1975 p. 2-3).

Acrescenta ainda:

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, sob a direcção da FRELIMO, educadas e forjadas no combate libertador e de classe, constituem um sector de vanguarda do nosso Povo, o seu braço armado, uma força de mobilização das largas massas, um instrumento de reconstrução nacional e fundamentalmente uma força revolucionária consciente de defesa dos interesses das massas trabalhadoras (Machel, 1975, p. 3).

Assim, observando um pouco mais sobre o processo de centralização da

autoridade política no pós-independência, Meneses (2015) verifica que a FRELIMO apresenta mais “continuidade do que ruptura” em relação ao exercício do poder do Estado nos tempos coloniais porque é um poder que “separa e legitima parte da população em detrimento da outra” (Meneses, 2015, p. 43). A autora entende que o discurso do colonialismo que promovia a segregação foi substituído por outro, sobretudo a partir da instituição do castigo corporal ou pena de morte como “justiça popular” que seria aplicada a qualquer oposição política a partir de 1979.

No escopo das transformações pretendidas pelo nacionalismo da FRELIMO, foram instituídas políticas de combate ao racismo, ao “tribalismo” e às estruturas socioeconômicas e políticas do mundo colonial. Dessa forma, iniciou-se também o combate ao “obscurantismo”, cujos alvos eram a tradição e seus agentes – os “curandeiros” (médicos tradicionais) e os “régulos” e “cabos” (termos referidos aos chefes tradicionais do período colonial) passaram a ser perseguidos e deslegitimados. A partir disso, um dos maiores problemas que deram base para as divergências de ideais foram as ações arbitrárias do movimento que desconsiderou as antigas chefaturas tradicionalistas existentes principalmente dentro das comunidades rurais, em que coexistiram com o colonialismo e se estabeleceram como forma de autoridade as práticas religiosas e culturais. Esses chefes das etnias tinham grande autonomia política e estavam a serviço da empresa colonial, porém:

Os novos chefes e régulos nomeados pelas autoridades portuguesas, entretanto, não eram meros fantoches, aleatoriamente impostos. Os administradores das colônias sabiam que, se um régulo submetido contasse com certa legitimidade e respeito entre seus súditos, mais facilidade teriam no cumprimento das determinações que lhes fossem imputadas, e procuravam então nomear, preferencialmente pessoas que tivessem alguma legitimidade fundada nas estruturas de poder anterior à dominação nguni [...] (Zamparoni, 2012, p. 163).

A FRELIMO define grande parte dos chefes tradicionais como colaboradores da colonização e agentes diretos de Portugal devido a participação na administração colonial, cuja função era “transmitir ordens, fornecer homens requisitados para as forças militares e trabalhadores para o chibalo, a efetuar o arrolamento para arrecadação do imposto de palhota [...]” (Zamparoni, 2012, p. 164). Essa relativização da força dos chefes tradicionais resultou em uma divisão de ideias, sobretudo nas comunidades rurais que acreditavam que os chefes tradicionais representavam a cultura e as identidades que queriam conservar.

Ademais, conforme Alexandre Vitor Lourenço (2007), os povos das comunidades

tradicionais recorreriam às chefaturas locais por terem um comprometimento em solucionar os problemas, enquanto “os agentes políticos locais da FRELIMO não manifestavam empenho ou conhecimento para lidar com algumas particularidades das comunidades rurais” (Lourenço, 2007, p. 197).

A posição ideológica assumida pela FRELIMO motivou a organização de uma forte oposição apoiada pelos regimes segregacionistas do Sul da África. Por isso, a RENAMO foi criada pela Rhodesian Central Intelligence Organization – composta por moçambicanos dissidentes das tropas portuguesas e por aqueles que estavam insatisfeitos com o regime da FRELIMO. O objetivo principal da então unidade militar era a desestabilização do governo moçambicano. Os 16 anos de guerra civil que se sucederam à independência do país foram o resultado de disputas internas pelo controle do estado moçambicano. Por um lado, a FRELIMO e, por outro, os movimentos de oposição liderados pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

Os regimes segregacionistas de Ian Smith (em Zimbábue), Apartheid (na África do Sul) e UNITA (em Angola) apoiaram a RENAMO patrocinando as tropas de guerrilha, diversos bombardeios e ataques violentos a Moçambique. Entretanto, a RENAMO tinha ordens para não atacar alvos militares ou cidades bem defendidas, mas apenas sabotar as infraestruturas econômicas e sociais. Por isso, os “seus ataques passaram a ser contra as estradas e os caminhos de ferro, escolas, hospitais, etc.” (Masseko, 2019, p. 6). As bases militares da RENAMO foram transferidas para territórios da África do Sul, interessada em conter o avanço socialista e desestabilizar a FRELIMO.

A estratégia militar adotada pela RENAMO na província de Nampula fez parte de um projeto político de mais longo prazo. O movimento armado de oposição foi, de início, uma criação externa, principalmente por influências dos países não libertos, que tinham receio dos ideais da FRELIMO alcançarem as suas populações, mas ressalta que sua transformação posterior em guerrilha, com grandes contingentes, e capaz de realizar diversas operações para toda a província, demandou a consideração séria de fatores internos.

Observa-se que a política de violência adotada pela RENAMO, presente na província desde 1982, obedecia a um cálculo político de construção de uma base social. Essa violência era encabeçada contra absolutamente tudo o que pudesse simbolizar a presença do poder de Estado exercido pela FRELIMO. As aldeias comunais constituíam, talvez, o alvo mais visível, mas postos administrativos e policiais, armazéns e lojas estatais, meios de comunicação e transporte, assim como escolas e

hospitais, eram igualmente visados.

A RENAMO se caracterizou como um movimento de guerrilha, sobretudo, porque procurava eliminar fisicamente as “estruturas” da FRELIMO, ou seja, os agentes do partido-Estado com qualquer capacidade dirigente, em especial os integrantes dos Grupos Dinamizadores (órgãos de mobilização política de base, e subsidiariamente de repressão política, implantados em espaços de trabalho, escolas, bairros e aldeias). Portanto, as ações da guerrilha tinham dois objetivos: sabotar a infraestrutura física e humana, para inviabilizar a operação do Estado, e recrutar novos guerrilheiros. Para isso, contavam não apenas com a insatisfação diante das políticas da FRELIMO, principalmente das comunidades rurais comandadas por chefaturas locais desde a colônia, mas também com os efeitos nocivos da violenta repressão, por parte das “estruturas” e de um exército moçambicano desorganizado e indisciplinado, sobre as aldeias suspeitas de colaborar com a RENAMO.

A maior questão era que, para o governo, toda a população era suspeita, em decorrência da falta de apoio popular nos anos pós-independência e, ao que parece aos olhos da FRELIMO, não tinha se engajado suficientemente na luta de libertação. Aproveitando-se do quadro assim instituído de “Estado contra sociedade”, a RENAMO passaria, a partir de 1990, a desenvolver, nas regiões que controlava, os embriões de um governo civil objetivando legitimidade de mais longa duração e visando o arranjo multipartidário que já se adivinhava como horizonte pós-guerra. As “zonas libertadas” da RENAMO combinavam uma retórica política inequivocadamente decalcada da FRELIMO e o recurso a uma administração indireta herdada do tempo colonial com a reinstauração das “chefias tradicionais”, que haviam sido liminarmente extintas pelo Estado independente.

Os 16 anos que seguiram o pós-independência foram conflituosos e trouxeram questionamentos acerca da sua designação. Alguns pesquisadores chamaram de “guerra de desestabilização” enquanto outros usualmente trataram como uma guerra civil, mas, ao que cabe a essa dissertação, trataremos do segundo modo, ao ponto que se tratou de um conflito armado que resultou em um determinado número de mortes (Zimerman, 2005). Nessa perspectiva, segundo Doyle e Sambanis (2000):

Explica o fenômeno como um conflito armado que: a) causa mais de 1.000 mortes (pelo menos no primeiro ano que a guerra civil é codificada); b) desafia a soberania de um país reconhecido internacionalmente; c) ocorre dentro das fronteiras reconhecidas de um país; d) envolve o país (ou os que dizem ser seus representantes) como o principal combatente; e e) envolve rebeldes que

tem capacidade de organizar uma oposição armada ao país (Zimerman, 2005, p. 67 *apud* Doyle e Sambanis, 2000, p. 779-802).

Para tentar operacionalizar o conceito de guerra civil, consideramos a conceituação na perspectiva da LQ⁹, que a define como um

conflito militar no interior de um território nacional entre o Estado e um ou mais grupos, do qual resulte pelo menos um total de 1000 mortos directos (segundo o critério do COW) ou 25 mortos directos mensais (segundo o critério UCDP/PRIIO) (Coelho, 2009, p. 3).

Tendo isso posto, para a literatura quantitativa relacionada a guerra civil em Moçambique foi se criando um consenso em torno das causas internas que poderiam explicar as origens do conflito e pondo a economia como a principal razão para essa explicação. Dessa forma, consideram-se como as principais variáveis para ocorrência do conflito de acordo com a literatura quantitativa, a pobreza, a distância temporal em relação a independência, a dominância étnica que está relacionada às novas identidades estabelecidas a partir do colonialismo e ainda ou principalmente a instabilidade política. (Coelho, 2009).

2.4 Lília Momplé: da colonização à independência

Lília Maria Carrière Momplé nasceu na Ilha de Moçambique, no dia 19 de março de 1935. Herdou, por ascendência, muitas misturas, sendo parte dos seus ascendentes provenientes de uma família de régulos tradicionais. França, Moçambique, Índia e China, a árvore genealógica da escritora vai além-fronteiras. Grande parte da influência literária na sua escrita provém da infância, tendo como fonte de saber as estórias com que a sua avó macua a deslumbrava à volta da fogueira, inspirando-a e repassando-lhe sua herança cultural.

Pergunta: Qual a origem da sua família?

Lília Momplé: Do lado da minha mãe, a minha avó era macua e o meu avô era francês! Foi o penúltimo cônsul de França em Moçambique: Carrière, de Marselha. Da parte do meu pai da ilha Maurícia, é o Momplé. Tive um professor que me dizia: “ A menina devia ser uma pessoa inteligente! Não sei porque é que não é, porque tem tantas misturas.” Tenho realmente muitas misturas. Tenho um pouco de sangue indiano, desta minha avó daqui- o pai dela era indiano, a mãe era negra; o meu avô, da parte do pai era da ilha Maurícia –

⁹ A literatura quantitativa privilegia uma explicação econômica a respeito das guerras civis, essa nova metodologia se baseia na recolha de dados de maneira ampla para que seja possível ser submetido a um tratamento estatístico e obter relações probabilísticas que resultarão em princípios teóricos. Esse tratamento faz o levantamento de variáveis de causa e efeito, alguns elementos mostram-se significativos em um grande número de estudos empíricos, merecendo, portanto, uma discussão mais detalhada a seu respeito.

também com umas certas misturas de chinês, na ilha Maurícia aquilo é muito misturado. Da minha mãe, o meu avô era francês e a minha avó era macua, de uma família de régulos tradicionais, não desses impostos pelos colonos (Laban, 1998, p.596).

Seu pai era operário e sua mãe, doméstica. Aos 10 anos de idade, por influência de suas professoras da escola secundária de Nampula, foi a Lourenço Marques (atual Maputo) para concluir os estudos no Liceu. Após concluir o sétimo ano, pelas boas notas, conquistou uma bolsa de estudos na Faculdade de Letras em Portugal. Licenciou-se em Serviço Social pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa, passando a trabalhar na capital portuguesa, Maputo e em São Paulo (Brasil) como Assistente Social entre as décadas de 1960 e 1970.

Em Moçambique, ela foi professora de inglês e língua portuguesa na Escola Secundária entre 1970 e 1981. De 1992 a 1998, foi diretora do Fundo para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Moçambique (FUNDAC) e, de 2001 a 2005, fez parte do Conselho Executivo da UNESCO. No meio literário, Lília Momplé esteve na Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO) entre os anos de 1991 a 2001 como secretária geral e presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Esse é um pequeno resumo sobre o imenso percurso que Lília Momplé transitou. Por isso, esse tópico tem o objetivo de introduzir o contexto da sua vida: infância, juventude e maturidade ao cenário de seu país. Portanto, não se trata de uma biografia convencional, mas, sobretudo, destacar que, diante da infância da autora, a sociedade a qual estava inserida vivia numa conjuntura baseada na exploração em decorrência do projeto colonial português; na sua juventude, Moçambique perpassou os anos de luta armada pela libertação; e, finalmente, na sua maturidade, observa-se a fase de conflitos do pós-independência nomeado de Guerra Civil.

São notáveis, na historiografia desse período, as referências à colonização e luta de libertação, bem como na literatura produzida amplamente influenciada pela historicidade de Moçambique e pelos ideais que, à princípio, uma classe de escritores estava empenhada em divulgar. A realidade é que sempre houve em Moçambique uma corrente, ou mesmo um estilo de escrita, embasado no contexto histórico que o país estaria atravessando. Essa perspectiva auxilia a pesquisa, de modo que reconhece os limites do ficcional e entende que, para além de uma escritora e, a partir dessa escritora, é possível uma análise teórica sobre o objeto.

2.4.1 A infância colonial

Lília Momplé advém de uma família de *assimilados* que viviam a serviço da metrópole. Moçambique estava no auge do colonialismo, numa fase em que sua economia estava a serviço de Portugal. Embora tenha sofrido um Golpe de Estado em 1926, o governo ditatorial colonial português criou o Ensino Rudimentar em Moçambique (1930), que tinha como objetivo promover as populações indígenas da “condição primitiva” para um “estatuto de civilizada”. Por meio disso, se construiria uma população de sujeitos que poderiam se tornar portugueses e, assim, serem úteis para os interesses da administração colonial, como são exemplos os intérpretes, funcionários da administração e professores.

É nesse contexto de reconfiguração do projeto educativo colonial que foram reafirmadas três categorias sociais: o “indígena”, que era o africano considerado pelo regime ditatorial como pessoa “não civilizada”; o “assimilado”, que era o africano visto como “civilizado”; e o “colono”, que designava o branco residente no ultramar. O uso estratégico dessas classificações é instrumentalizado a partir de discursos e normativas, com o intuito de consolidar a produção de sujeitos coloniais.

Eduardo Mondlane, oriundo do Ensino Rudimentar, que esteve a serviço da missão civilizadora por meio da *Missão Suíça*¹⁰ “encorajou o desenvolvimento de uma consciência africana mais alargada que a consciência étnica” (Francisco, 2021 p. 3). Mondlane endossa sobre a estrutura da colonização em Moçambique a partir da implementação do sistema administrativo que tinha por fundamento dois códigos legislativos; o primeiro se referia a uma pequena minoria branca, de origem europeia, detentora de grande parte dos estabelecimentos comerciais e empresariais; o segundo, sobre uma categoria constituída por africanos negros cuja cidadania fora negada e aos quais os portugueses chamavam “indígenas”.

Hannah Arendt (2006), em *As origens do totalitarismo*, argumenta que o imperialismo consolidou-se com a ocupação territorial e o exercício do poder pelos administradores coloniais, que valeram-se de dois instrumentos considerados

¹⁰ O Ato Colonial que instituiu decretos em benefício da metrópole e da nacionalização da colônia, também definiu uma política de alinhamento da igreja católica com o Estado Colonial Português reforçando a construção de uma nacionalidade portuguesa, multiracial e pluricontinental. A partir disso, as missões protestantes, no geral, aparecem associadas a educação não formal destinadas a jovens de classe não assimilada, sendo desta forma, que a Missão Suíça adquiriu um caráter de criação de uma cultura étnico-linguística.

fundamentais e que asseguraram o domínio e estruturação política dos colonizadores: a “raça como princípio da estrutura política” e a “burocracia como princípio do domínio exterior”. Como complemento, Aníbal Quijano (2005, p. 117) salienta que, no período colonial, a raça e a identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população colonizada. Neste contexto, percebe-se que o racismo foi o cerne de toda a política administrativa colonial em Moçambique.

A partir deste cenário, foram criadas designações subalternas que contribuíram para negação e classificação do negro moçambicano. São elas, entre outras, os “cafres”, a “cafraria”, os “indígenas”, os “outros” e os “colonizados”, que tinha por objetivo inferiorizar a raça dos africanos. De todas essas designações apresentadas, a que norteou o sistema colonial até a sua queda foi a dos “indígenas” – que significava um indivíduo do território português que não era cidadão português, pois a ele era negado um nível de civilização suficiente para isso (Farré, 2015, p. 203).

O projeto colonial português para Moçambique girava em torno de uma “missão civilizadora” intensificada com o surgimento do capitalismo e significou a superioridade moral e cultural dos povos europeus, o que lhes valeu o direito e, sobretudo, o dever de exercer seu poder de dominação e exploração sobre os considerados povos atrasados. A divisão de classes sociais e solidificação da burguesia teve o intuito de transformar os nativos em assimilados. Achille Mbembe (2001, p. 179) expõe que a assimilação fundou-se na possibilidade de uma experiência de mundo comum a todos os seres humanos, ou melhor, uma experiência de humanidade universal baseada na similaridade essencial entre os humanos. Segundo Cabaço (2009), em 1933 foram instituídas algumas “vantagens” para aqueles que se declararam assimilados:

[...] b) Limitar o trabalho compulsório não remunerado a “obras públicas de interesse geral da coletividade em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução das decisões judiciárias de caráter penal, ou para cumprimento das obrigações fiscais”. (art. 20) c) Remete para “estatutos especiais”, em virtude do “estado de evolução dos povos nativos”, a definição do governo jurídico a que serão sujeitos e a contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames da humanidade. (art. 22) d) Garante a liberdade de consciência e de culto “com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública”. (art. 23) e) Reconhece “as missões católicas portuguesas no ultramar” como “instrumento de civilização e influência nacional”, concedendo-lhes proteção e auxílio estatal “como instituição de ensino” (Cabaço, 2009, p. 110).

Essas medidas foram tomadas para corresponder aos interesses de Portugal,

com intuito de instituir uma colonização efetiva baseada numa ação legislativa apoiada na proposta de *assimilação* como política de identidade, como um aparelho ideológico que legitimava a categoria de dominação e “superioridade” dos colonizadores. Nesse contexto, entre as décadas de 1940 e 1950, houve solidificação do aparato administrativo a partir do qual a política colonial e a censura perpetuaram-se de forma mais incisiva na colônia. Lília Momplé cita que o colonialismo influenciou sua escrita, sobretudo pela carga psicológica que era viver em uma “sociedade ao contrário, em que havia meia dúzia de pessoas de outra raça, que mandavam em bilhões de outra raça”. Dessa forma, desperta o gosto pela literatura ainda na infância através da sua avó que era macua¹¹ e que lhe contava inúmeras histórias na língua materna.

2.4.2 Onde esteve nos anos de libertação?

A partir da década de 1950, Portugal adota uma política de povoamento e de controle e censura sob a colônia, para concretização dessa política ultramar, a metrópole apostou na construção de infraestruturas, mas, sobretudo no estímulo à colonização, que contribuiu para o aumento substancial da população metropolitana em Moçambique. Um dos fatores que permitiu a implementação da política de povoamento foi a existência de capitais estrangeiros após a Segunda Guerra Mundial, que possibilitou a Portugal reforçar o comércio externo com as suas colônias e permitiu uma maior acumulação de reservas e a duplicação de receitas públicas. Além disso, por não ter envolvimento direto com a guerra, sua economia foi pouco afetada e, em certa medida, se beneficiou dos capitais provenientes dos planos de desenvolvimento pós-guerra. Do mesmo modo que havia essa política de emigração para povoamento, dentro da colônia esse momento também marcou a ida de assimilados para Portugal para se formarem. Apesar da censura, já se produzia uma literatura voltada para a crítica colonial. Lília Momplé estava entre os 16 ou 17 anos de idade e foi uma das escolhidas para estudar Letras, na Faculdade de Lisboa. No entanto, não concluiu e migrou para o curso de Serviço Social, onde se formou e atuou por alguns anos.

As primeiras produções da autora referenciam essa fase colonial de Moçambique, embora só tenha publicado o primeiro conto em 1988. Contudo, quando tratamos da literatura de uma forma temporal, Frantz Fanon (1968) estabelece três

¹¹ Trata-se de uma numerosa nação hierarquizada e diversificada que correspondia a um terço da população do país que residia entre o norte e o centro.

etapas de evolução: a primeira, totalmente assimilada, que produz para a metrópole; a segunda etapa consiste no resgate às culturas dos não assimilados; e a terceira, que trazemos para o lugar da autora e do momento que estamos tratando, é a literatura que, segundo ele, estava empenhada num nacionalismo e funciona como uma porta-voz do povo:

Enfim, num terceiro período, dito de combate, o colonizado depois de tentar perder-se no povo, com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo. Ao invés de privilegiar a letargia do povo, ele se transforma em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional. Durante essa fase, um grande número de homens e mulheres que, antes nunca tinham pensado em fazer uma obra literária [...] sentem a necessidade de dizer a sua nação, de compor a frase que expressa o povo, de tornar-se porta-voz de uma realidade em atos (Fanon, 1968, p. 255-256).

A autora relata em entrevista concedida a **Literatas**, *Revista de literatura moçambicana e lusófona*, que suas obras foram escritas não apenas pelo prazer, mas constituem uma forma libertária de cargas emocionais negativas. A autora evidencia o caráter testemunhal das narrativas:

Escrevi o primeiro livro porque tinha uma carga muito grande sobre o colonialismo em Moçambique. Eu tinha raiva do colonialismo. Muita raiva. Tinha raiva da injustiça. Eu nunca me conformava por tudo que via: massacres, sofrimento, opressão isso incomodava-me. [...] O segundo livro também se baseou em factos reais. Da morte de uma amiga que era muito boa gente. Ela tinha muita vida, se não mesmo ela era a própria vida. Isso foi muito doloroso e marcou-me. Eu tinha que escrever. O terceiro também foi mais uma revelação (Momplé, 2012, p. 9).

O fragmento evidencia a ficcionalização de períodos históricos, protagonizados pelos oprimidos. Parte-se de experiências próprias e alheias, em que as obras supramencionadas são ambientadas em momentos de extrema tensão no país, a saber, período colonial, abordado na coletânea de *Ninguém matou Suhura*; pós-colonial, enfatizado na antologia dos contos de *Os olhos da cobra verde*, e neocolonial, destacado no primeiro romance escrito por ela, denominado *Neighbours*, livro que evidencia o desenvolvimento da Guerra Civil no pós-independência e as investidas sul-africanas sobre a nação vizinha na época do apartheid. A autora aborda em entrevista que todo o seu processo de escrita ocorreu dentro do seu país. Mesmo que parte de sua vida tenha estanciado em outros países, a autora afirma: “nunca fui capaz de escrever em outra terra. O meu primeiro livro escrevi já tinha cinquenta anos, porque estava aqui. Moçambique é o meu chão” (Momplé, 2022 p. 8).

Dessa forma, a partir da década de 1960, inicia-se um processo de gestação da luta armada em Moçambique pela libertação que consistiu na criação e agrupamento de diversos movimentos que atuaram nas independências da África Colonial. Em 1963, Lília Momplé regressa a Moçambique, atuando no gabinete social como assistente social. Naquele momento, a autora casa-se com um português que trabalhava no mesmo local e, em 1968, se muda para o Brasil. Em entrevista concedida a **Mbenga**, publicada em março de 2022, Lília explica que essa viagem ao Brasil foi devido a guerra. Seu marido, embora branco, estava chateado com a dominação colonial. Além disso, “tinha lá a mãe, a quem ele queria ver, e também queria ver se não era obrigado ver as coisas que via aqui, com o colonialismo com que não concordava em nada”. (Momplé, 2022 p. 8). A autora passou 4 anos fora de Moçambique, que foi o período de formação dos maiores movimentos pela independência do país.

2.4.3 O regresso a Moçambique sob a luz da independência.

Na década de 1970, no auge da luta pela libertação, Lília Momplé retorna a Moçambique por motivos de saúde. A autora cita em entrevista que não queria sair do Brasil, mas queria falecer em seu país. Dessa forma, em seu regresso passa a trabalhar como professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa na Escola Secundária da Ilha de Moçambique até os anos de 1981. Durante esse período, a política educacional em grande parte do território estava baseada em “Educar o homem para vencer a guerra, construir uma sociedade nova e desenvolver a Pátria” (Machel, 1974, p. 8). Essa concepção estava inserida em um projeto amplo em torno da construção da Nova Sociedade e da criação do “Homem Novo”, definidos da seguinte forma:

Na medida em que modificamos a base material da sociedade criamos as condições objetivas para o estabelecimento de novas relações entre os Homens, liquidamos os fundamentos sobre que assentava a velha mentalidade e criamos condições para fomentar a nova mentalidade. Todavia, impõe-se um trabalho árduo de educação da consciência, não só porque a modificação da mentalidade não surge automaticamente com a transformação da infraestrutura, mas também porque à nova mentalidade opõe-se activamente a enorme e pesada herança que transportamos connosco. A tarefa de educar o Homem para adquirir a mentalidade nova aparece logicamente como uma necessidade premente para a consolidação e desenvolvimento do processo revolucionário (Machel, 1974, p. 11-12).

Durante esse período, em meados da década de 1980, como exposto, a autora publica o primeiro livro propondo uma reflexão aguda sobre o colonialismo português e

seus desdobramentos sociais e históricos. No entanto, com a independência, os textos literários passam a “problematizar o modo como se desenrola o processo de construção da nação a partir de metáforas, alegorias e enigmas”. Assim como Lília Momplé, diversos escritores emergentes da luta de libertação, como Paulina Chiziane, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa, parecem deslocar o foco narrativo para elementos alegóricos acerca dos acontecimentos recentes no Moçambique contemporâneo e estão circunscrevendo, agora, desencantos com o ideal revolucionário em vista do discurso da unidade nacional fundamentado numa noção de criação de uma nova identidade com o apagamento das anteriores. A FRELIMO, ao propor essa perspectiva, sacralizou mitos de origem e desenvolveu ritos e símbolos, que permitiram a formação de um sentimento de pertencimento de cunho nacionalista, o qual teve como modelo identitário o “*homem novo*”, amplamente questionado pela literatura que reivindicava, em sua totalidade, a ordem vigente em Moçambique.

A obra analisada nos próximos capítulos que norteiam essa pesquisa, representa o percurso literário da autora e da sua escrita frente a Guerra Civil em Moçambique. A obra trata de um atentado violento perpetrado por forças do regime de *apartheid* da África do Sul e seus apoiadores, na cidade de Maputo, em um dia de maio de 1985. A autora, por meio de seu romance, faz referência a um momento específico da história de Moçambique, configurado por tensões entre os vizinhos sul-africanos que criaram esforços para desestabilização do governo da FRELIMO.

3 GUERRA CIVIL E NEIGHBOURS

Para compreensão do desencadeamento da Guerra Civil, aludimos para o movimento de independência em Moçambique, que teve como ponto de partida a criação da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), em 1962, por Eduardo Mondlane. A Frente foi constituída a partir da fusão de três organizações nacionalistas: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO - 1960), Mozambique African National Union (MANU - 1961), a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI - 1961). A UDENAMO foi criada na Rodésia do Sul e os seus membros recrutados entre os trabalhadores e emigrados vindos, principalmente, de Manica, Sofala, Gaza e Lourenço Marques; a MANU foi constituída em Mombaça, no Quênia; e a UNAMI (1961) foi organizada no Malawi por moçambicanos maioritariamente originários de Tete, Zambézia e Niassa.

No contexto da Guerra Fria, a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) recebeu apoio direto de países como União Soviética e China por meio do compartilhamento de ideais, armamento e treinamentos militares que levaram os seus protagonistas a adotar uma postura marxista-leninista com o propósito de criar uma nova sociedade moçambicana. Em 1975, após anos de conflito armado contra o exército português, Moçambique conquistou sua independência. No mesmo ano, a FRELIMO redigiu a Constituição da República Popular de Moçambique, segundo a qual, os poderes estariam sob o comando do partido.

A negação ao multipartidarismo, a posição ideológica e as primeiras ações executivas causaram, internamente, descontentamentos, uma vez que esperavam-se eleições democráticas. Mas, segundo a Constituição, isto só poderia ocorrer após o terceiro congresso da FRELIMO. A magna-carta também previa que o presidente da república ocupasse o mesmo cargo na FRELIMO, se solidarizasse “com a luta dos povos pela sua libertação nacional” e desenvolvesse “relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas e progressistas do mundo” (Machel, 1975, p. 4).

Todas as leis foram criadas a partir da ideia de unidade nacional, do nascimento de um novo Estado Democrático de Direito em Moçambique dispensando os aspectos socioculturais existentes no país. Foi adotada uma política de nacionalização de empresas, terras, edifícios, saúde e educação buscando uma integração nacional de todo o território. A posição ideológica assumida pela FRELIMO motivou a organização de grupos políticos de oposição apoiados pelo regime segregacionista da África do Sul. Por isso, foi criada a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) pela Rhodesian Central Intelligence Organization (atualmente Zimbábue), composta por moçambicanos dissidentes das tropas portuguesas e por aqueles que estavam insatisfeitos com o regime da FRELIMO. O objetivo principal da RENAMO era a desestabilização do governo moçambicano e abertura para o multipartidarismo.

O recrutamento de moçambicanos era a principal forma de obter soldados nas áreas de guerrilha da RENAMO. As cidades eram invadidas e saqueadas de forma brutal por tropas sul-africanas. Conforme Masseko (2019),

[...] o embrião do último conflito armado não foi meramente político, nem por Moçambique ter escolhido o socialismo, mas apenas uma alavanca para que o regime da África do Sul pudesse granjear algumas simpatias no mundo ocidental, pois devido à sua política de opressão e segregação racial teve algumas sanções por parte da ONU, e para colher benefícios pronunciou-se

como perseguidor dos regimes comunistas da região, nomeadamente, a FRELIMO em Moçambique e o MPLA em Angola. Como tal, as suas ações desestabilizadoras contra os regimes comunistas foram aplaudidas (Masseko, 2019, p. 17).

O autoritarismo após a consolidação da FRELIMO no poder, a insatisfação social e o apoio de países soviéticos com as ideologias socialistas foram as principais causas da guerra civil que sucedeu a independência em Moçambique, dilacerando vidas de sujeitos que foram esquecidos e omitidos da história moçambicana ao longo do século XX.

Ademais, com a redução dos preços das matérias-primas de exportação e o início da Guerra Civil, em 1976, a economia entrou em crise. Além disso, a política de aldeamentos rurais distanciou os sujeitos que habitavam essas áreas do poder urbano, de modo que não tiveram acesso às tomadas de decisões. As comunidades agrícolas sustentavam grande parte da economia de Moçambique, no entanto, com as insatisfações geradas pela política adotada pela FRELIMO, a RENAMO se fortaleceu, obtendo o apoio dos regimes segregacionistas, como Apartheid, na África do Sul, e Ian Smith, na Rodésia, ambos contestados pelo governo moçambicano. Acerca da política da FRELIMO em relação às sociedades camponesas, Brito (2003) sublinha que:

Muito embora alimentada pelo conflito regional e mais longinquamente pela oposição entre o Mundo Ocidental e o Bloco de Leste, a guerra que iria devastar o país ao longo de cerca de 16 anos teve uma base social interna. A atitude hostil da FRELIMO em relação às comunidades camponesas, a sua política rural baseada nas empresas estatais e no aldeamento da população e a incapacidade de organizar um sistema de comercialização agrária satisfatório, resultou numa clivagem fundamental da sociedade moçambicana depois da independência: dum lado, a FRELIMO com o seu Estado, a população urbana e alguns grupos da população rural relativamente próximos e beneficiários da acção estatal, e, do outro, uma grande parte da população rural, afastada do poder e tratada como simples objecto da acção modernizadora, por vezes violenta, do partido-Estado. Foi este processo de exclusão e marginalização de uma parte da população moçambicana e dos seus representantes tradicionais que, conjugado com outros factores, dentre os quais é de destacar a maior ou menor identificação com os grupos dirigentes em termos étnico-regionais, alimentou a base interna sobre a qual iria crescer e desenvolver-se a guerra e com ela a Renamo como movimento nacional de oposição (Brito, 2003, p. 17).

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) surgiu como organização de cunho militar para desestabilização do partido-estado. Mas, depois de um longo processo, se tornou um movimento político, gerando instabilidades em Moçambique

porque passou a lutar pelo poder do Estado, o que resultou numa longa guerra civil entre a RENAMO e a FRELIMO.

Portanto, este capítulo tem o intuito de compreender a Guerra Civil a partir da obra *Neighbours* de Lília Momplé, aludindo às suas temporalidades e espacialidades. Dessa forma, entenderemos como, após o processo de libertação nacional, se desenvolveu uma Guerra Civil. Para tanto, devemos compreender as raízes do conflito entre FRELIMO e RENAMO, bem como as bases étnicas culturais de ambos os grupos que podem ter dado sentido às divergências sociais e políticas.

3.1 As raízes do conflito entre RENAMO e FRELIMO

Na literatura quantitativa relacionada à Guerra Civil em Moçambique se foi criando um consenso em torno das causas internas que poderiam explicar as origens do conflito e pôs-se a economia como a principal razão para essa explicação. Dessa forma, considera-se como principais variáveis para ocorrência do conflito, de acordo com a literatura quantitativa, a pobreza, a distância temporal em relação à independência, a instabilidade política e, ainda – ou principalmente –, a dominância étnica que está relacionada às novas identidades estabelecidas a partir do colonialismo (Coelho, 2009).

No que se refere à primeira variável, a pobreza, alguns estudos indicam que o conflito é um fenômeno comum em nações com renda per capita inferior à média. Naquele momento, Moçambique tinha um PIB inferior ao de outros países em conflito, agravado pela estratégia econômica da FRELIMO, que se apoiava na coletivização da agricultura e na nacionalização do comércio.

Sobre o processo de independência e a proximidade com o início do conflito armado, Coelho (2009) afirma que “quanto há menos tempo tiver ocorrido um conflito anterior maior é o risco de surgimento ou de recorrência de uma guerra civil” (Coelho, 2009, p. 6). Tendo em vista que a Guerra Civil em Moçambique iniciou-se dois anos após o conflito pela independência, é correto verificar que havia muitos dissidentes do governo colonial que não operavam com a FRELIMO e muito menos com o modelo governamental que esta tentava implantar.

Coelho (2009) nos apresenta outra variável que é a instabilidade política como uma causa do eclodir das guerras. Essa variável tem uma relação com a distância temporal do último conflito, uma vez que Moçambique estava sob domínio colonial

caracterizado por um regime não democrático. Com a independência, esse modelo se perpetua com os novos dirigentes, que não tinham capacidade de gerir todo o território. Portanto:

Sem dúvida que se têm de ter em conta as dificuldades de gestão do país (incluindo o território) num contexto de hostilidade regional, de retirada abrupta dos quadros mais qualificados e de profunda transformação e vulnerabilização da economia, enfim, de repressão e internamento em campos de reeducação de muitos grupos comprometidos com o regime colonial, dissidentes políticos, religiosos, desempregados, vítimas do afã persecutório derivado de uma perspectiva de pureza política e ideológica, ou então do arbítrio de guerrilheiros imprevistos (Coelho, 2009, p. 9).

Por fim, é a dominação étnica que nos permite compreender as bases étnicas que podem ter dado sustentação para o conflito entre os dois grandes atores da Guerra Civil. Aqui, compreendemos o termo etnia conforme Paul Mercier (1961): um “grupo fechado, descendente de um ancestral comum ou mais geralmente tendo uma mesma origem, possuindo uma cultura homogênea e falando uma língua comum, é igualmente uma unidade de ordem política” (Mercier, 1961, p. 65), e, ainda, um “segmento sociogeográfico de um conjunto mais vasto, que não se deve considerá-la isoladamente” e, sim, “recolocá-la no conjunto de uma paisagem étnica regional vista em uma perspectiva histórica” (Mercier, 1968, p. 73-76). Portanto, para perceber a formação étnica da FRELIMO e RENAMO e fazer uma caracterização geral política e histórica de Moçambique, sobretudo das nuances da Guerra Civil, é importante destacar 10 grandes grupos que ocupavam o território:

- os Suahili, que ocupam uma faixa litoral desde o Rovuma até António Enes;
- os Marave, que ocupam a região de Tete e de Milange-Tacuane e uma área da margem leste do lago Niassa (distrito de Niassa), constituído por dois subgrupos e 13 tribos;
- os Macua-Lomué, que ocupam a região entre os rios Lugenda e a Linha Morrumbala-Quelimane (tinha dois subgrupos e 17 tribos);
- os Chope, ocupando a região de Inhambane (com três tribos);
- os Chona (xona), situados em Manica e Sofala (compreendia um subgrupo e 15 tribos);
- os Tonga, que ocupam a região sul do rio Save (com 11 tribos);
- os Angune, etnia que estava dispersa e ocupava pequenos núcleos de Lourenço Marques, região de João Belo, distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado (compreendiam cerca de oito tribos);
- os Ajáua estendiam-se pelo norte do rio Lugenda;

- os Maconde ocupam a região norte do rio Massalo e para o leste de Ngomono (constituído por cinco tribos).

Mapa 1 - Grupos Étnicos em Moçambique.



Fonte: https://macua.blogs.com/files/grupos_eticos_mocambique.jpg

Na literatura quantitativa, busca-se uma manifestação de grupos que eram grandes numericamente mas que não tinham acesso ao poder por estarem em uma área setentrional regionalmente liderada pela FRELIMO, ou seja, dominada por “gente do sul”. Por isso, segundo Coelho (2009):

Muito mais promissor seria explorar esta área com base no conceito – mais vago mas ao mesmo tempo mais abrangente – de identidade, para dar conta das tensões regionais que sem dúvida se foram historicamente constituindo, integrando elementos étnico-linguísticos mas também de diferentes velocidades de desenvolvimento e diferentes distâncias relativamente ao poder, articuladas no novo contexto da identidade nacional (Borges Coelho 2004); e responder à questão central sobre as razões do conflito moçambicano não ter tido por base a etnicidade (Coelho, 2009, p. 8 e 9).

No entanto, quando pensamos na formação da FRELIMO para luta de libertação nacional, sua fundação originária é na Tanzânia e os primeiros guerrilheiros

são recrutados nessa porção norte do território. Embora grande parte dos dirigentes da FRELIMO fossem do sul, os Macondes e os Nianjas constituíram a base da FRELIMO por dois fatores: a) mantinham, tradicionalmente, uma relação conflituosa com portugueses; b) estavam geograficamente próximos da área de formação do partido-estado, facilitando essa colaboração para a luta armada. Além desses dois grupos, o partido recebeu apoio de diversas lideranças rurais, mas, após a independência, a FRELIMO começou a desqualificar qualquer relação com as autoridades tradicionais pois alegavam que a permanência dessas autoridades dentro da estrutura colonial era uma estratégia para manutenção do “atraso” nas colônias e os líderes tradicionais intermediavam a relação entre a administração colonial e a sociedade. Portanto:

Para erradicar a herança colonial, uma das principais medidas adotadas pela Frelimo foi a reestruturação do modo de vida tradicional das comunidades rurais, vista como um dos mecanismos utilizados pelos portugueses para exercer sua dominação sobre o território. Isso também era parte do plano de modernização de Moçambique, que buscava reformar o direito costumeiro – aplicado no interior do país- e garantir o acesso da população a serviços de saúde e educação. No entanto, essas medidas se mostrariam controversas nos anos posteriores, pois a estratégia abrangente da Frelimo ignorou o fato de que a organização tradicional da sociedade já existia previamente à colonização portuguesa (Visentini, 2012, p. 112).

Essa forma de governar de maneira indireta, utilizando as autoridades tradicionais, foi incorporada por meio do sistema administrativo colonial. Os laços sociais e culturais tradicionais são anteriores à colônia, mas foram agregados a ela por meio deste sistema. Dessa forma, ao final do século XIX, havia uma escassez de recursos econômicos e pouca presença de portugueses. Portanto, recrutar mão de obra e cobrar impostos das comunidades locais foram tarefas incumbidas a essas chefaturas.

Quando a FRELIMO assume o poder, dentre as estratégias para a região, encontram-se a nacionalização das propriedades privadas, a criação de fazendas agrícolas, a deportação de vários moradores de regiões consideradas improdutivas e a escolha de um paradigma que desconsiderava a organização social tradicional das comunidades moçambicanas. Dessa forma, privilegia-se um discurso que suplantaria aspectos legados de um passado colonial e, a partir disso, os líderes tradicionais passaram a ser atacados como corruptos, oportunistas, cobradores de impostos e agentes de policiamento colonial. Essa ação, sustentada por um discurso da

modernidade, menosprezava a existência prévia de uma identidade cultural local e as experiências administrativas e coletivas anteriores à independência.

Para as autoridades locais, definidas pelo regime como “tradicionais” que, no entanto, gozavam de certa reputação e consideração pela sua população, para serem despojados dos seus respectivos territórios e aglomerados num único espaço entre chefaturas diferentes, agora dirigidas por um chefe indicado pelo partido, era um atentado à sua autoridade, pois detinham uma autonomia administrativa e jurídica, nos termos definidos pelo artigo 7º do Estatuto dos indígenas, conforme se lê: “As instituições de natureza política tradicionais dos indígenas são transitoriamente mantidas e conjugam-se com as instituições administrativas do Estado português pela forma declarada na lei” (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1954, p. 298). É por essa razão que, em protesto, cada líder regressava à sua proveniência junto da sua população, abandonando assim, o chefe partidário e a aldeia (Namuholopa, 2020, p. 8).

O projeto de Estado-Nação, de orientação “Marxista-leninista” da FRELIMO visava evitar criar unidades regionais que ameaçasse a unicidade territorial e a nação emergente apoiada numa pluralidade étnico-linguística. Para isso, durante a Primeira República (1975-1990):

Foi proibido por lei qualquer forma de manifestação política e étnica e até alguma restrição de manifestações religiosas e de outras práticas culturais das comunidades consideradas de obscurantistas e tradicionais, como antes referido. Generalizou-se também o desrespeito às autoridades locais que representam o poder linhageiro e étnico, não só porque no pretérito serviram às estruturas coloniais, mas também porque representavam o “tradicional”, aspecto a ser combatido em nome da modernidade (Namuholopa, 2020, p. 11).

A unicidade nacional defendida pela FRELIMO não foi fundamentada à medida que fez surgir um desequilíbrio regional atrelado a fatores como distribuição de oportunidades, localização geográfica da capital do país e a concentração de poderes nas mãos de uma minoria do sul que, por sua vez, se tornou uma região privilegiada em detrimento do centro e norte do país. Esses fatores acentuaram os descontentamentos e influenciaram o desenvolvimento de um sentimento avesso entre as regiões. Conforme Namuholopa (2020):

A população do sul do Rio Save incorporou no seu vocabulário corrente o termo “chigondo”, designação pejorativa à população do norte desse rio (Chichava, 2008). Por sua vez, a população do norte do rio Save generalizou o uso do vocábulo “changana” 12 , para se referir a todo indivíduo do sul do Save, a quem consideravam de privilegiado (Namuholopa, 2020, p.11).

Com o fracasso no combate a grupos regionalistas que poderiam surgir durante o projeto da unidade nacional e a partir da nova constituição inaugurada na Segunda

República em 1990, ficou legitimada por leis específicas¹² a liberdade de reuniões e manifestações de organizações sociais e políticas que outrora eram limitadas e em algumas áreas proibidas ou funcionavam sob a inspeção da FRELIMO. A partir de então, começam a surgir partidos e organizações que reivindicavam interesses étnicos regionais. A acusação era de que a estrutura central do governo atual não era representativa e inclusiva.

Entre os partidos destacamos o MOCIZA (Movimento Cívico de Solidariedade e Apoio à Zambézia), o SOTEMAZA cujo acrônimo se refere às quatro províncias da região centro de Moçambique (Sofala, Tete, Manica e Zambézia), a ASSANA (Associação para o Desenvolvimento de Nampula, majoritariamente composta por macuas), a Associação dos Naturais e Amigos de Maputo – conhecida por Ngiyana – , a Associação pró-Tete, voltada a promover os valores da Província de Tete (Chichava, 2008, p. 9; Lalá; Ostheimer, 2004, p. 33).

A respeito das realidades étnicas citadas nos parágrafos anteriores, é importante ressaltar que as práticas culturais devem ser vistas como mecanismos da unidade nacional. Ao contrário do que é examinado em Moçambique, elas foram vistas como arquitetas da desunião, ou seja, as práticas, sobretudo a diversidade étnica, foram vistas como a principal causa da colonização, pelo governo de transição, por não haver a unidade que tanto almejavam. De acordo com Celestino Taperero Fernando (2021),

a cultura compõe duas ordens fundamentais e que são essenciais, numa forma direta ou indireta, para um grupo, pois refletem a luta dos mesmos para a sua sobrevivência, porque essas ordens não agem de uma maneira separada, mas sim de uma maneira integrada (*apud.* Taylor, 2003, p 199).

As práticas culturais funcionaram como antídotos de unidade na diversidade num país fragilizado, sem estruturas político-sociais e com uma população altamente carenciada. Esta situação seria agravada com o despoletar de uma guerra civil, em 1976, opondo a FRELIMO à RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

A RENAMO é “um movimento ou partido, resultado da legitimação dos conflitos étnicos que o estado moçambicano, como a fonte da unidade nacional e epicentro da construção de um Moçambique novo e inclusivo” (Roesch, 1989, p. 34). A partir de 1976, a RENAMO, enquanto uma organização paramilitar, que nasce de um “conjunto

¹² Lei nº 08/91 e Lei nº 09/91 ambas de 18 de julho de 1991.

de razões, circunstâncias, vontades, sentimentos e ressentimentos da população sobre o modelo de governação chefiado por Samora Machel¹³ (Pinto, 1994), obteve apoio da Rodésia, mais especificamente, pelos *Rhodesia's Central Intelligence Organization* sob a designação inicial de *Mozambican National Resistance* (MNR). O objetivo central era provocar atos de sabotagem e ações de informação e contra-informação em Moçambique.

Além da população que aderiu a RENAMO, em sua maioria dissidentes da própria FRELIMO e portugueses que haviam combatido em Angola ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), também houve apoio da África do Sul, Malawi, Quênia, Arábia Saudita e Emirados Árabes. Posteriormente, a guerrilha começa a acumular um número crescente de moçambicanos descontentes com o rumo que o país seguia – omeadamente, os camponeses cujas terras haviam sido nacionalizadas e os chefes tradicionais ostracizados pelo Governo.

Em suma, podemos destacar duas correntes teóricas que explicariam o fortalecimento da RENAMO. Conforme Morais (2016), essas correntes pautavam-se nos “tradicionalistas, que defendem a hipótese de razões externas para crise; e os revisionistas, que acreditam no descontentamento interno de grupos sociais e regionais” (Morais, 2016, p. 114). Diversos grupos rurais sentiram-se excluídos da construção do Estado Socialista no pós-independência; por isso, em algumas localidades, também se aliaram à RENAMO. Dessa forma, Morais (2016) pontua a respeito dos aspectos que culminaram nesse apoio das comunidades rurais à RENAMO:

¹³ Filho de agricultor, Samora Machel entrou na escola primária com nove anos, quando o governo colonial português entregou a educação indígena à Igreja Católica. Quando terminou a escola primária, o jovem de cerca de 18 anos quis continuar a estudar, mas os padres só lhe permitiam estudar teologia e Samora decidiu ir tentar a vida em Lourenço Marques, atual Maputo. Trabalhou no Hospital Miguel Bombarda (o principal hospital da cidade) e, em 1952, começou o curso de enfermagem. Neto de um guerreiro de Gungunhana, Samora Machel foi educado como nacionalista e, como estudante, foi sempre um “rebelde”. Em 1963 decidiu deixar o país em virtude das perseguições políticas de que era vítima e juntou-se à FRELIMO na Tanzânia. Fez treinamento militar na Argélia e em 1966 já chefiava o Departamento de Defesa da FRELIMO. Em 1967 criou o Destacamento Feminino (DF) para envolver as mulheres moçambicanas na luta de libertação. Em 1969 passa a integrar o triunvirato que dirigia a FRELIMO e em 1970 assume a Presidência da FRELIMO, organiza a guerrilha e, com a independência de Moçambique em 1975 assumiu a Presidência da República. Foi morto no dia 19 de outubro de 1986 em um acidente de avião que segundo as investigações do período se caracterizou como um crime de terrorismo de Estado arquitetado por sul africanos. Graça Machel, a sua esposa na altura e hoje viúva de Nelson Mandela, afirmou na mesma ocasião que a descoberta das verdadeiras causas do acidente, era da responsabilidade dos governos moçambicano e sul-africano e por isso iniciou-se a investigação por uma equipa especial de investigação denominada "The Scorpions". Ver mais em *Samora Machel- Uma biografia* de Christie Iain.

Os estudos revisionistas relacionam o descontentamento das autoridades tradicionais à guerra civil que se seguiu à independência moçambicana. A experiência de coletividade promovida pelo socialismo da Frelimo se confrontou com uma organização anterior, que fornecia coesão social e identidade às comunidades. O sistema de coletividade do socialismo mostrou-se bem diverso à coletividade clânica. O Estado menosprezou essa existência prévia de uma identidade cultural local (com compartilhamento de ideologias e definição de hierarquia, moral e comportamentos próprios) em prol de uma identidade nacional de orientação política socialista. Fez mais: acabou promovendo um discurso de modernidade que desconsiderava experiências administrativas ou coletivas anteriores à independência (Morais, 2016, p. 114).

Acrescenta, ainda, a segunda corrente que também pode explicar o fortalecimento da RENAMO:

Já a visão tradicionalista da guerra civil moçambicana recorre a expedientes externos como explicação do conflito. A Renamo é uma organização política criada após a independência de Moçambique por militares portugueses, dissidentes da Frelimo e patrocinada pela Rodésia, atual Zimbábue. Instalou-se inicialmente neste país, como forma de a Rodésia retaliar o governo moçambicano. Moçambique não concordava com o governo racista de Ian Smith, por isso acabou aderindo às sanções impostas pela ONU ao governo rodesiano, fechou as fronteiras entre ambos os países e ainda apoiou guerrilheiros e refugiados contrários ao regime. Após a independência da Rodésia, a base da Renamo foi transferida para a África do Sul, que não aceitava o apoio que Moçambique dava ao ANC (Congresso Nacional Africano), partido que advogava pelos direitos da população negra do país sul-africano (Morais, 2016, p. 114).

A posição adotada pela RENAMO foi completamente inversa à da FRELIMO, principalmente acerca da tradição. Enquanto a FRELIMO procurou erradicar as chefaturas como uma força política, além de proscrever uma série de práticas culturais e religiosas que tivessem uma base rural, a RENAMO incisivamente apelou ao significado cultural. Podemos chamar de guerra contra-revolucionária, pois, por um lado, a FRELIMO esteve comprometida com a construção de um sistema unificado e, por outro lado, a RENAMO reavivou as instituições de administração indireta com as chefaturas locais, tal como foi estabelecido na luta pela libertação. Cabaço (2009) evidencia essa dicotomia entendendo que estavam em conflito projetos distintos para a coletividade. Portanto:

Frente a frente foram se polarizando dois planos de identidade colectiva: a) a concepção de uma independência confinada à própria região e comunidade etnolinguística; esse grupo exprimia como motivações dominantes a expulsão dos portugueses de seu território, a apropriação do seu patrimônio físico e organizativo e o reforço das formas tradicionais de poder e conhecimento, preservando a pessoalização no “chefe”; b) o projecto prescritivo de uma nova identidade construída em torno da pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais cuja identidade se deveria ir estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada, e pela identificação num

objectivo comum: a independência. Um projecto que propunha a substituição do poder pessoalizado por um poder participativo, representado por entidades (o movimento de libertação como embrião do Estado) (Cabaço, 2009, p. 294-295).

Contudo, pode-se verificar com mais clareza que os discursos da RENAMO em meio a guerra eram de defesa à democracia multipartidária, liberdade de expressão e opinião, respeito às religiões e etnias, respeito aos curandeiros, reintegração dos líderes tradicionais e outros de matriz moçambicana. A Guerra Civil na qual o país mergulha no pós-independência deixa transparecer as diferentes identidades e temporalidades da nação e as lutas pelo poder a favor da permanência da hierarquia colonial. Mas, como pôr em prática o projeto da unidade, que é um protótipo das nações modernas, em um país cuja organização social preexistente aticava o sentimento de pertença a partir de grupos étnicos, linhagens e clãs?

Neighbours se insere nesse momento em que é proposto para Moçambique o paradigma de mudança com base nessa modernização e em um socialismo utópico. Mas, como examinamos ao longo do romance da Lília Momplé, esse projeto será questionado pelas experiências de uma população que, embora de “territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas” (Said, 1995), não pôde simplesmente apostar num futuro sem levar em conta sua história precedente, afinal, como a própria escritora moçambicana elucidou em entrevista a Eduardo Quive (2012), “quem não conhece o seu passado está condenado a repeti-lo” (Momplé, 2012)

3.2 *Neighbours*

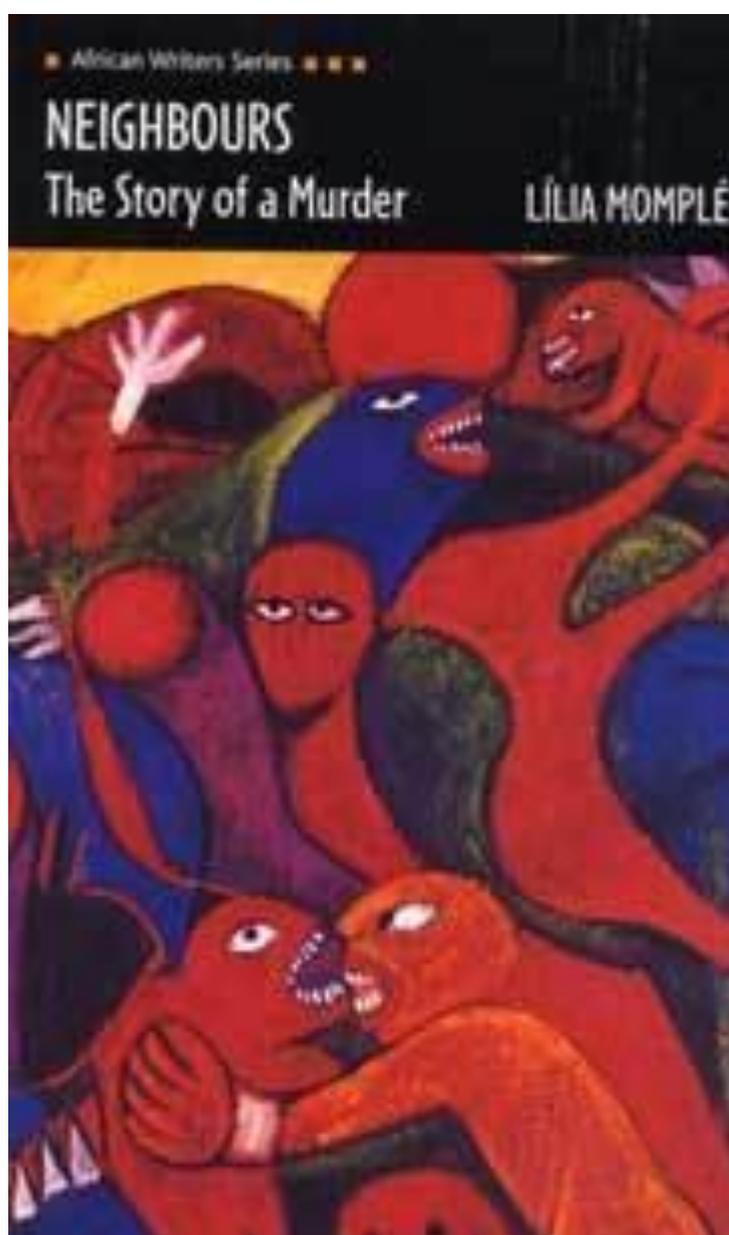
Ao longo do romance *Neighbours*¹⁴, somos confrontados com uma percepção aguda sobre gêneros (humanos) e suas respectivas posições sociais em um espaço que assume um projeto político avesso a organizações que apresentassem qualquer resquício do período colonial. A obra foi lançada originalmente em 1995, leva por título o mesmo nome da pintura da artista Catarina Temporário que, segundo a Lília Momplé no prefácio da primeira edição, “referia-se à sinistra vizinhança do *apartheid* (Momplé, 1995, p. 6). O título da obra assume um caráter polissêmico à medida que *Neighbours* pode referir-se tanto aos vizinhos de *flat* como aos vizinhos de Moçambique, a África do Sul. De acordo com Lília Momplé:

¹⁴ A edição do romance a que ora se refere é a primeira, lançada em Maputo pela Associação dos Escritores Moçambicanos em 1994, na coleção Karingana, n. 16 (MOMPLÉ, Lília. *Neighbours*. Maputo: AEMO, 1995). A partir de agora essa edição será referida somente como *Neighbours*.

À medida que ia escrevendo o livro, fui-me apercebendo da dificuldade de encontrar um título que não o limitasse a um simples episódio. Um título que pudesse exprimir a sensação de constante asfixia e extrema vulnerabilidade perante forças tão poderosas e hostis e simultaneamente tão próximas que a sua sanha mortífera se podia abater sobre nós, de forma imprevisível e brutal (Momplé, 1995, p. 6).

A pintura se tornou capa da primeira edição e transmite a sensação de agressividade que Lília Momplé procurou expressar por meio da sua narrativa. Na pintura, observa-se uma garra deformada pintada em cores fortes, com pelo menos seis dedos de unhas afiadas, e com aspecto tonal lembrando putrefação.

Figura 2 - Capa do livro *Neighbours* de Lília Momplé.



Fonte: <http://www.maryokekereviews.com/2013/07/neighbours-1995-lilia-momple.html>.

A crítica sobre o romance de Lília Momplé tem crescido consideravelmente, sobretudo pela presença de personagens femininas em sua narrativa e o interesse no estudo de gênero por parte dos literários contemporâneos. No entanto, a primeira edição com traduções para o inglês e para o alemão do único romance escrito por Lília Momplé foi somente em 2012, em Portugal. Portanto, a maior parte das menções à obra são esparsas e a enumeram ao lado de outros escritores, ligando-a à geração dos anos de 1980. Maria Teresa Salgado (2011) compara a escrita de Lília Momplé a uma escrita naturalista e a obra ao “romance-reportagem” por sua linguagem ordinária e simples sobre os personagens e as descrições. Para ela:

A indicação do horário dos acontecimentos reforça a ligação com a referencialidade, já dada anteriormente na nota informativa, e sugere um registro jornalístico, quase documental e fotográfico, do que se passa no espaço de cada casa nas horas determinadas, lembrando o “new journalism” ou o romance- -reportagem. Mas essas horas, que marcam o início dos capítulos, funcionam, na verdade, como um ponto de referência, simultaneamente objetivo e frágil, entre esses três diferentes espaços familiares, uma vez que o tempo enfocado na narrativa transcende, e muito, a marcação cronológica apontada inicialmente. [...] Na narrativa em questão, não há como deixar de notar pontos em comum com o romance naturalista. Após apresentar as personagens principais, o romancista naturalista costumava recorrer a analepses para analisar as forças determinantes – hereditariedade, meio, constituição fisiológica, temperamento – que modelavam algumas das personagens (Salgado, 2011, p. 175).

Optou-se por *Neighbours*, da escritora Lília Momplé, por destacar a experiência do cotidiano de inseguranças e medos comuns naquele espaço/tempo da narrativa. A própria estrutura do livro permite ao leitor criar uma espacialidade (três apartamentos localizados em Maputo, que a obra indica serem próximos) e uma temporalidade, uma vez que, em vez de apresentar capítulos enumerados, autora preferiu horas entrecortadas: 19h, 21h..., em intervalos de 2 horas para cada capítulo. Não existe uma narrativa única, em tempo contínuo, porque cada apartamento possui uma autonomia; as trajetórias de cada personagem perpassam entre o presente da obra e o passado trágico de cada um.

Por isso, antes mesmo da leitura do romance, destaca-se a forma como a obra é organizada, de modo que os capítulos não funcionam como enunciados, mas como indicações de marcações espaço-temporais. Ubiratã de Souza (2014), ao analisar minuciosamente cada personagem envolvido na trama e toda a estrutura da obra, aponta para “uma arquitetura das horas” que Lília Momplé propõe em sua narrativa. Segundo ele:

Temos então espécies de “sub-narrativas”, por assim dizer, que se encontram integradas em função de uma narrativa maior, que só conheceremos no final. Dentro dessas “sub-narrativas” /apartamentos/capítulos teremos a narração do que acontece enquanto as horas passam, mas também conheceremos as minúcias da vida de cada uma dessas personagens. Cada uma dessas minúcias, no entanto, está em função de certas dinâmicas que se estabelecem na autonomia de cada um desses interiores de apartamentos, e essas dinâmicas são decisivas na economia da obra, ou seja, na macro narrativa que engloba as “sub-narrativas” (apartamentos/capítulos) (Souza, 2014, p. 129).

Desse modo, logo após o prefácio, encontramos a primeira marcação temporal “19 HORAS”; na sequência, na página seguinte, vemos agora a marcação espacial “Em casa de Narguiss”. A autora propõe narrar os acontecimentos de forma autônoma, sobretudo porque um apartamento não estabelece contato com o outro, a apresentação de cada espaço-temporal é individual, a voz narrativa é fiel ao apartamento em que se encontra. Portanto, para o leitor, a obra sustenta três histórias, sobre três apartamentos, e nas mesmas horas marcadas e indicadas pela voz narrativa. Existem na obra apenas duas exceções em que os espaços se interligam: tratam-se do corte de energia, que é vivido em todos os apartamentos, e o noticiário, que é ouvido às 23 horas; e, por fim, a segunda exceção, que é justamente o ataque. Tentaremos, a partir daqui, isolar e descrever esses espaços e temporalidades dessas marcações e indicações para que, em seguida, se perceba como essas dinâmicas autônomas podem estar aglomeradas dentro de um ritmo geral da obra e de que modo isso pode ser analisado e interpretado.

O primeiro ambiente a que temos acesso é uma residência, onde Narguiss, mulher de origem muçulmana, vivia com suas três filhas, sendo sustentada por um marido ausente e infiel. Abdul, um rico comerciante que manda a mulher e as filhas morarem em Maputo para que ele pudesse se estabelecer com a jovem amante na cidade natal. Lília Momplé descreve a organização do *Ide*¹⁵. Paralelamente, observam-se os entraves discursivos entre os personagens: desde questões relacionadas a padrão de beleza até a submissão feminina.

Narguiss viveu esse conflito psicológico já que era uma mulher longe dos padrões e passou a se conformar com o companheiro infiel, pois acreditava que seria “uma maneira de se fazer perdoar pelo seu corpo, deformado pela gordura que foi se instalando, lenta e insidiosamente, desde o nascimento da segunda filha” (Momplé,

¹⁵ "festival de quebra do jejum" – marca o fim do Ramadão e sinaliza o início do Shawwal (o décimo mês no calendário lunar Islâmico).

1995, p. 112).

Há diversas questões que causavam inquietações em Narguiss durante todo o romance. Além do marido infiel, a preocupação com o casamento das filhas para não se “tornar a ridícula mãe de três filhas solteironas” (Momplé, 1995, p. 15), também é um dos motivos de conflito neste ambiente, uma vez que uma das três filhas tem discurso divergente em relação a casamentos, pois prefere estudar. Mas, “toda a família considera muito pouco feminina” essa ideia.

O atentado, para Narguiss, é como um alívio, pois levava a vida em desequilíbrio, sofrimento e desgosto, mas que mantinha esses sentimentos em silêncio para preservar a família. Dentre todos os membros da família de Narguiss, ela foi a única que veio a óbito no atentado: “as balas atingem-na, certas, no pescoço e no peito e ela espanta-se com a sensação de infinita paz que a acompanha na queda” (Momplé, 1995, p. 137); e a autora destaca esse momento como o fim do sofrimento da personagem pois “já nada a faz sofrer, nem o Ide, sem ver a Lua, nem as filhas sem casar, nem mesmo Abdul”, o marido infiel (Momplé, 1995, p. 137).

Dessa forma, a narrativa demonstra que as vozes discursivas aparecem sempre conflitantes em decorrência das múltiplas ideologias e valores que cada personagem traz. Lília Momplé percorre a narrativa como interlocutora desses discursos, pois apresenta imparcialidade nos conflitos que frequentemente ocorrem.

O segundo lugar é a casa de Leia e Januário, que representa um lugar de extrema precariedade. A voz narrativa remonta às memórias de Leia de como conheceu Januário e ao episódio de assédio sofrido na tentativa de conseguir um teto para o marido e filhos. Toda essa memória esteve atrelada a Leia nas primeiras 19 horas da narrativa, em que retoma a sua consciência para as “inglórias lutas que travou para alugar uma casa e como conseguiu, por um golpe de sorte” (Momplé, 1995, p. 25).

Após a chegada deste, a voz narrativa muda de foco para refletir sobre as parcas condições materiais não só desta família especificamente, mas do contexto de todo um corpo social habitante das periferias de Maputo naquele momento histórico: cortes de energia e alimentação escassa são dificuldades de grande parte da população da cidade. Em 1976, o governo criou o APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado) e gerenciava os contratos de locação. “A burocracia dificultava o aluguel de imóveis e, por isso, houve quem aconselhasse o suborno” (Momplé, 1995, p. 21).

Leia e Januário são personagens que remontam o cenário de uma família pobre e carregam as marcas incisivas da Guerra Civil. Durante todo o romance, a voz de Januário, bem como sua história de vida, aparecem de forma mais detalhada, refletindo a maneira como Lilia sobrepôs na narrativa às individualidades e subjetividades de cada personagem, mas, principalmente, relacionada a Januário, pois as 21 horas – capítulo de *Neighbours* - é dedicada a contar somente a história de vida dele, desde sua infância, e como Leia, enquanto sua companheira, o admira por sua trajetória de sofrimentos, mas, principalmente, por não esboçar insatisfação com a vida pobre que tem.

Januário traz na sua voz narrativa discursos relacionados à pobreza extrema nas aldeias, que, posteriormente foram destruídas pela guerra, mortalidade infantil e migração forçada. Em sua narrativa, são perceptíveis as múltiplas perspectivas de como deveria ser a vida de Januário, uma vez que o pai trazia o discurso tradicional de ser um homem do campo e que seu filho deveria seguir os mesmos princípios; ao contrário da mãe, que acreditava que Januário deveria sair daquele cenário, pois “tudo lhe parecia melhor do que aquela amarração a uma terra caprichosa, atreita a chuvas e tempestades fulminantes que, em poucas horas, arrasavam o trabalho de vários meses” (Mompilé, 1995, p. 48).

Januário se faz presente durante todo o romance como um homem consciente das limitações que a vida lhe trouxe por toda sua trajetória, até o momento da sua morte em que lamentou para sua esposa que era novo demais para morrer. No entanto, a voz de Januário foi essencial para compreensão das relações de poderes instauradas durante o período de libertação de Moçambique e a própria popularização da Frente de Libertação Moçambicana - FRELIMO.

O terceiro lugar é a casa de Mena e Dupont, local em que os atentados foram planejados. A voz narrativa revela a vida dos dois personagens, desde que se conheceram até o casamento. Nessa espacialidade, os discursos que aparecem estão relacionados à violência doméstica e às questões raciais, ao ponto que Dupont, descendente de mauricianos, casou-se com uma mulata muito mais pelo desejo sexual – pois, de acordo com suas convicções, pertencia a uma “raça superior à de Mena” – enquanto Mena o aceitou como namorado pra se mostrar obediente aos pais, que viam Dupont como um homem estável e de boa família.

A partir da relação de Mena e Dupont observou-se como Lilia enuncia o sentimento de cada personagem a partir das suas vozes, deixando escapar que

ambos estiveram insatisfeitos durante toda sua vida: “foi assim um noivado triste o deles, como foi triste o próprio dia do casamento” (Momplé, 1995, p. 66). A autora cita que Dupont: “mesmo sem ter consciência, sempre tratou a mulher com raiva surda que explodia [...] e quando descobriu que agredindo-a fisicamente se aliviava, por momentos, da permanente tensão que vive, passou a sová-la com uma violência” (Momplé, 1995, p.67). A voz enunciativa logo considera que esse comportamento agressivo do personagem tem relação com sua infância, quando constantemente presenciava a mesma violência entre seus pais.

Além de Mena e Dupont, nessa mesma espacialidade foi possível encontrar outras vozes entre aqueles que também foram responsáveis por organizar o atentado: Romu e Zalíua, ambos de famílias instáveis que cresceram apoiando o discurso colonial, bem como fizeram parte do governo de Portugal em Moçambique, sendo recrutados por agentes do Apartheid, da África do Sul, ou sendo soldados do quartel da Companhia de Comandos.

A repulsa pelo país recém independente fizeram Romu e Zalíua integrarem-se à rede de agentes sul-africanos que constantemente realizavam missões de sabotagem, terrorismo e assassinatos, principalmente nas áreas fronteiriças. Dessa forma, Lília dialoga com a historicidade moçambicana, demonstrando o cenário de guerra civil e como a África do Sul colaborou edificando espaços de tensão durante todo o conflito que durou cerca de 20 anos. Romu e Zalíua são personagens que estão na narrativa artística, mas que estão inseridos nos enunciados reais desse período.

Durante o tiroteio no atentado, Dupont é atingido e, quando Mena toma consciência do ocorrido,

surpreende-se por, depois de ter vivido tantos anos com aquele homem, dormido com ele, sofrido com ele, num momento destes ter o coração vazio de qualquer sentimento, até mesmo de ódio; nem sequer remorso por o ter denunciado (Momplé, 1995, p. 154).

Lília encerra a narrativa com Mena fechando a porta da casa como símbolo do fim de um ciclo de violências e sofrimentos que viveu com seu companheiro, mas também dando “passos para um novo e imprevisível destino” (Momplé, 1995, p. 155).

A narrativa inacabada é uma das características da escrita de Lília e de como um romance polifônico é apresentado. As passagens que destacamos durante esse texto foram para enunciar como os personagens estavam conscientes de suas

subjetividades, individualidades e principalmente de suas histórias para além do acontecimento central que é o atentado.

Em cada hora entrecortada, tiveram a oportunidade de expor suas vidas e serem narradores de suas frustrações, medos e anseios, caracterizando também o cotidiano e as trajetórias que perpassam o presente da obra e o passado trágico de cada um. Associado a isso, Lília nos chama atenção para um contexto que está para além das vivências individuais dos personagens, mas compreende que as formações sociais dos territórios (Moçambique e África do Sul) foram articuladas pelas pautas de seus respectivos dirigentes e estão intimamente ligadas às propostas dos novos textos literários acerca de uma narrativa pós-colonial caracterizada pela denúncia das violências de um país recém independente.

Os discursos polifônicos, por meio do gênero romanesco, transitam nesses espaços de tensões caracterizando a voz narrativa da Lília, mas, sobretudo viabilizando as relações dialógicas entre os sujeitos da obra que remontam suas trajetórias no espaço que foi concedido pela autora e que também serviu como denúncia a todo o conflito que a cercava naquela temporalidade.

Desse modo, Mata (2006) considera que o texto literário é um

objeto simbólico muito importante na construção da imagem da sociedade, sobretudo em espaços políticos emergentes que vivem de forma por vezes ambígua e tensa na sua pós- colonialidade (Mata 2006, p. 35) .

A urgência de reflexões orientadas pelos estudos pós-coloniais atrelados à ideia da literatura, enquanto manifestação da experiência humana, e da própria perspectiva linguística abre portas para um olhar sobre como estão legitimadas as fronteiras dos discursos. Logo, a compreensão de tal narrativa ganha relevância ao passo que nos conduz a perceber os sujeitos de uma sociedade “que sobrevive presentemente de fracassos resultantes de caminhos e alinhamentos político-econômicos ineficazes para a solução de graves problemas sociais do país” (Souza, 2014, p. 13).

O caráter histórico que dispõe de uma possibilidade analítica se baseia em dois fatores que o romance apresenta tanto na sua estrutura como no enredo. A polissemia do título – sobre a qual comentamos em parágrafos anteriores – e a tipificação dos personagens de acordo com a condição, ou seja, a situação dos personagens poderia acontecer a qualquer um naquele contexto e demonstrar isso é uma tendência

assumida pela voz narrativa, que nos obriga a considerar aquele momento histórico em que a obra foi produzida para pensar como essas relações sociais dos personagens são postas em face aos acontecimentos políticos e históricos. A esse respeito, Souza (2014) verifica que:

Pudemos ver que existe certa referencialidade histórica muito bem colocada, através dos níveis de significados assumidos pela polissemia do título, bem como de certa designação caricatural das personagens que nos empurra para uma tipificação social. Essa referencialidade pode estabelecer um indicativo de caminho interpretativo que mostre uma motivação sócio-histórica para a tensão estética composta pela hipótese do presente dependente. Quer dizer, além de refletir a respeito do destino comum de diversas personagens numa fatídica noite, podemos, a partir deles, refletir a respeito do destino comum de todo um corpo social construído sobre características semelhantes, tão enfatizadas, das nossas personagens. Essa reflexão a respeito de um destino coletivo supraindividual ocorre, no entanto, dentro da chave viciosa do tempo dependente (Souza, 2014, p. 160-161).

O romance evoca uma narrativa que exige pensar na situação social e política do conflito em Moçambique com os vizinhos (África do Sul) naquele momento, considerando em um plano presente – plano das relações dadas no nível dos conflitos assim como eles acontecem –, percebendo o conflito em face do passado. A esse respeito, a epígrafe¹⁶ que Lília Momplé traz na obra, fala para um sujeito coletivo, nacional, por assim dizer: se Moçambique não sabe de onde vem, também não sabe onde está e nem para onde vai. Souza (2014) chama de *presente dependente* a dinâmica estrutural em que *Neighbours* foi construído, uma vez que considera existirem dois planos narrativos: o primeiro, direcionado ao presente, “rigidamente distribuído em capítulos que compõem uma equação do tempo em função do espaço” (Souza, 2014 p. 163); e o outro plano é o pretérito, que agrupa diversos “passados” pertencentes aos personagens que constantemente funcionam como justificativas para o que ocorre agora. Para ele, são sequências micronarrativas no interior da macronarrativa do tempo presente.

O romance *Neighbours*, assentado em uma narrativa de violência, desempenha um olhar atento aos problemas da população moçambicana no pós-independência, ao mesmo tempo em que faz um cruzamento transnacional quando traz para o centro dos acontecimentos a presença da África do Sul e como suas ações atingiam, sobretudo, sujeitos menos favorecidos do país. Dessa forma, em linhas gerais, é possível alcançar as experiências do período pós-libertação, em toda sua

¹⁶ “Quem não sabe de onde vem, não sabe onde está e nem para onde vai”

complexidade, a partir das experiências dos personagens que povoam a obra. Por isso, posteriormente aludimos para compreender essa política da inimizade que instituiu um exercício de constante agressão, pois assolada pelas mazelas de uma gestão que não foi capaz de suprir as demandas da população, resultando nos atentados causados pela RENAMO e pela África do Sul.

4 PERSONAGENS QUE NARRAM A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA OBRA

Neighbours descreve de forma realista um período da história de Moçambique aludindo para um olhar que desmascara as desigualdades sociais, a corrupção política, as crises de fome, os grandes deslocamentos do campo para a cidade, mas, sobretudo, os atentados que sistematicamente acarretaram na morte de centenas de civis. O filósofo camaronês Achille Mbembe denomina “políticas de inimizade” essa relação conflituosa que a autora retratou na sua narrativa, uma vez que se tratava de uma vizinhança situada geopoliticamente. Portanto, acerca do processo de neocolonização do continente africano desde o início do século XX, e que ainda hoje é decantado de forma traumática, Mbembe (2017) reflete:

Em larga medida, colonizar consistia num permanente trabalho de separação – de um lado, o meu corpo vivo, do outro, todos os corpos-coisas que o envolvem; de um lado, a minha carne de homem, pela qual todas as outras carnes-coisas e carnes-viandas existem para mim; de um lado, eu, por excelência, tecido e ponto zero de orientação do mundo; do outro, os outros, com quem nunca poderei fundir-me totalmente, que posso trazer a mim, mas com quem não poderei verdadeiramente manter relações de reciprocidade ou de mútuo envolvimento (Mbembe, 2017, p. 77-78).

Dessa forma, estes corpos-coisas e carnes-viandas que envolvem o corpo vivo jamais poderiam ser considerados “humanos” e, por isso, são subalternizadas e constantemente violentadas e assassinadas por grupos que consideram a causa colonial mais importante que a vida destes “grandes outros”. O romance destaca essa violência deixando bastante claro como tanto sul-africanos de nacionalidade quanto uma parcela de moçambicanos consideravam o país ainda a ser tutelado. Por isso, para esses vizinhos, instaurar o caos por meio dos atentados era uma das formas de desestabilização, tal como fica claro no trecho:

Propositadamente, deverá parecer que os atacantes tenham confundido o alvo da sua ação, pois o objetivo da missão é provocar a insegurança e o pânico entre a população e, ao mesmo tempo, a revolta contra o Governo moçambicano por apoiar o ANC¹⁷ (Momplé, 1995, p. 125-126).

¹⁷ ANC é a sigla em inglês para Congresso Nacional Africano. Trata-se de um partido político sul-africano criado no início do século XX com o propósito de defender os direitos da população negra do país. Desde o fim do regime conhecido como apartheid, em 1994, a ANC é o principal partido político da África do Sul e teve em Nelson Mandela sua figura mais influente. No contexto do romance, agentes sul-africanos viajaram para Moçambique com o propósito de cometer assassinatos em retaliação pelo acolhimento dado em Moçambique a membros da ANC, que naquela altura combatia o Apartheid. Em muitos casos o alvo dos ataques eram os vizinhos dos refugiados, e não eles próprios. (BBC BRASIL, 2013) Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/130328_mandela_obit_apartheid_1k. Acesso em 20/04/2020.

Em vista disso, em discussão empreendida por Mbembe (2017):

Convém dizer que o desejo de *apartheid* e especificamente a fantasia de extermínio não são propriamente novos e foram-se metamorfoseando ao longo da história, em particular nas antigas colônias de povoamento (Mbembe, 2017, p. 76).

Essas relações que conformam simbolicamente identidades e imaginários provocados pela hibridação cultural a partir das zonas de contato, foram proporcionadas e fundamentadas por dispositivos sustentados pelo neocolonialismo, racismo, *apartheid*, dentre outros. Para Susan de Oliveira (2017):

A produção do outro como uma alteridade absoluta fantasmagórica e ameaçadora está em conformidade com um desejo de domínio que se materializa na proliferação de muros e técnicas de controle, subjugação e separação que lembram o *apartheid* tanto pelo caráter molecular da violência quanto pela monumentalidade da destruição [...] Ao prevalecerem políticas de extermínio que se amparam na disseminação dos diversos níveis de inimizade e desejos de aniquilação do outro face ao perigo que sua presença representa, torna-se mais consistente a ideia de que tal fato é absolutamente perturbador para o psiquismo contemporâneo (Oliveira, 2017, p. 194).

Na escrita de Lília Momplé, esse outro, fantasmagórico e ameaçador, está subscrito nos personagens, vítimas da política de extermínio que desconhece as vivências pessoais desses civis, mas faz de suas vidas objetos de destruição. No interior do romance, identifica-se uma escala micro acerca da movimentação individual de cada um dos três apartamentos do romance, bem como os personagens e os temas que os mobilizam. Acerca disso, observam-se trechos que destacam problemas comuns a todos os personagens e que remontam a cena urbana de Moçambique na década de 1980 e o quadro periférico, que traz a complexidade dos problemas de ordem infraestrutural: “A princípio, os cortes de energia, que a cidade vem sofrendo já há vários meses, deixavam [Leia] desnordeada e ansiosa” (Momplé, 1995, p. 19).

Maputo, apesar de capital do país, se apresentava neste momento como uma cidade carente de infraestrutura para os habitantes e, muito provável, pela aproximação geográfica com a África do Sul, mas, sobretudo, por ser o centro político, era constantemente assolada pelos atentados, planejados e executados por sul-africanos e moçambicanos recrutados pela RENAMO. O recrutamento de moçambicanos também aparece na escrita de Lília Momplé – nos personagens Dupont, Zalíua e Romualdo – em que nas suas micro histórias e, principalmente nos

momentos de fragilidade de suas vidas, foram tentados a colaborar com o regime de *apartheid* e a desestabilização da política de Moçambique.

De acordo com a narrativa, para Dupont foram oferecidos *mil e quinhentos rands mensais*, por meio de Romu, que se dizia agente da África do Sul. Esse dinheiro era em troca de “apoiar a liquidação de alguns indivíduos incômodos para os vizinhos e amigos sul-africanos que só queriam ajudar Moçambique” (Momplé, 1995, p. 71). Mas, antes da oferta a Dupont, que é uma peça chave do atentado, a autora relata as experiências individuais dos dois agentes que estiveram à frente do atentado, examinando uma vida frustrada de ambos.

Zalíua, ex-policia, convencido do poder que lhe foi conferido, ainda mais quando lhe foi dada a missão de chefiar uma delegação em Nacala, fazia uso abusivo de seus privilégios para se favorecer através de subornos e corrupção. Dentre as ações de Zalíua, elucidada pelo romance da autora destacamos:

Mandar prender marusses lindas para as violar nas imundas celas da cadeia, e indianos ricos para lhe comprarem a liberdade com aparelhagens de alto preço e chorudas quantias de dinheiro, e maridos de mulheres desejáveis para estas lhe pagarem com o próprio corpo a soltura de seus homens, e traficantes de suruma para se introduzir nas suas redes e partilhar dos seus lucros e professores da Escola Secundária para lhes extorquir notas falsas nas provas de exame (Momplé, 1995, p. 83).

Entretanto, essa última ação citada já ocorria mesmo antes de se tornar chefe da delegação de Nacala. Aliás, fora dessa forma que Zalíua conseguiu o cargo: perseguindo e coagindo o diretor da única Escola Secundária da cidade para que lhe dessem boas notas que garantissem a escolaridade que precisava para permanecer na polícia com todas as regalias e privilégios com que estava habituado. No entanto, Zalíua foi descoberto e expulso dos serviços quando prendeu o diretor da escola por não aceitar mais suas represálias. Outrossim, houve manifestações de pais, alunos e professores contra a prisão do diretor que, após alguns dias, foi solto e escreveu um “relatório que levou à investigação cerrada sobre a vida e conduta de Zalíua” e, como punição, foi expulso da polícia e condenado a 4 anos de prisão. Zalíua foi recrutado por um agente sul-africano que lhe encontrou anos depois em um dos “antros de bebidas” e não havia cenário melhor para o recrutamento de um ex policial descontente, apenas com uma proposta que para ele valia mais que o dinheiro, via como uma oportunidade de “vingar-se deste governo de merda” (Momplé, 1995, p. 87).

Romualdo é apresentado pela autora inicialmente como uma criança negra que

foi educada com regalias por não ser filho legítimo do pai que lhe criava com mais afeto do que os irmãos. Por descobrir inúmeras traições da mãe, usou desse fato para chantageá-la desde a adolescência. Entrou para o serviço militar e, de acordo com a autora, “nessa época, para contrariar a luta da FRELIMO, o Governo Colonial se preocupava em exibir um ou outro “escurinho ocupando posições de certo nível” (Momplé, 1995, p. 92). Romualdo, é um negro assimilado que estudou na Escola Secundária. Portanto, ao fim do treinamento militar, foi moldado a se opor à FRELIMO e seus apoiadores,

Não podia sequer conceber que aquela “corja de negros miseráveis” quisesse ser independente em vez de agradecer aos portugueses o encargo de a governar. Ele próprio era negro, mas “sabia ver bem as coisas” e, aliás, tudo daria para ser branco (Momplé, 1995, p. 93).

Lília expõe que Romualdo adquiriu rancor e ódio descontrolados pela sua cor, a ponto de se casar com uma “mulata de bochechas caídas e dentes cariados, unicamente por ser quase branca” e, mesmo com todo seu esforço, quando fazia parte das tropas portuguesas, a independência ocorreu em Moçambique e a autora narra que ele jamais se conformou. Portanto, foi facilmente recrutado anos depois por um sul-africano meio português, para se integrar na rede de agentes da África do Sul que atuavam dentro de Moçambique, realizando missões de sabotagem e terrorismo.

Dessa forma, compreendemos que os personagens que estiveram à frente da arquitetura do atentado narrado por Lília Momplé, eram moçambicanos recrutados por agentes sul-africanos e o discurso se pautava na exaltação da África do Sul como “um país formidável, um país adiantado em tudo, governado por gente que sabe o que faz e que só quer ajudar os moçambicanos a sair do atraso” (Momplé, 1995, p. 71). Essa perspectiva era uma proposta da RENAMO quando se estabeleceu enquanto um movimento de guerrilha. Além disso, o recrutamento de moçambicanos tornava-se fácil em decorrência das ações da FRELIMO e da insatisfação de grande parte da população, principalmente do eixo central e norte do país. Malyn Newitt (1995), no seu livro *História de Moçambique*, afirma que

aqueles que estavam mais envolvidos na oposição à FRELIMO fugiram para o estrangeiro levando consigo uma determinação de sabotagem do novo regime. O governo de Ian Smith foi o primeiro a dar algum apoio aos moçambicanos dissidentes. Jorge Jardim e o seu agente Orlando Cristina terão fugido com alguns processos da DGS¹⁸ e ajudado os rodesianos a

¹⁸ DGS era a Direção Geral de Segurança, órgão de repressão do governo colonialista português.

fundar a RENAMO, recrutando elementos de unidades militares e paramilitares negras que haviam combatido para os portugueses. Sob o controle firme da organização de segurança rodesiana, a Renamo desenvolveu-se primeiro como uma unidade militar e não como um movimento político (Newitt, 1995, p. 442).

No auge da Guerra Civil, a RENAMO já contava com 20 mil guerrilheiros num país que tinha uma população de cerca de cinco milhões e atingiu o recorde africano em números de guerrilheiros em relação aos outros rebeldes africanos. A África do Sul, durante o regime de *apartheid*, funcionou como suporte ideológico e bélico, além de conceder alguns sul-africanos para as missões de desestabilização. Portanto, examinaremos neste capítulo a narrativa de Lília Momplé acerca do atentado, compreendendo também as formas de boicotes e estratégias utilizadas para fragilizar a política da FRELIMO e o recente governo Moçambicano. Além disso, analisaremos o fim da Guerra Civil, percebendo as nuances deixadas por esses longos anos de conflito no país.

4.1 Os dois lados da guerra: boicotes e estratégias de combate

Para uma interpretação acerca da Guerra Civil em Moçambique, observamos que há um repertório gigantesco de pesquisas e documentos que suscitam as ações da RENAMO como um movimento de guerrilheiros para desestabilização, caracterizados como violentos e impiedosos e, por vezes no discurso da FRELIMO, o verdadeiro inimigo da sociedade moçambicana. Decerto que os discursos se interpelam na medida em que também encontramos na narrativa da RENAMO o argumento de que sua luta era pela democracia do país recém independente. Levantamos esse debate pois, no entorno da pesquisa, se viu uma facilidade de identificar as estratégias e boicotes da RENAMO mas, as medidas de reações e ataques protagonizados pela organização dominante, foram quase escassas. Por isso, utilizamos o *relatório Gersony*, as publicações da revista *Tempo*, durante a década de 1980, e a obra *Não somos bandidos”: a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985)*, de Michael Cohen, que foi extremamente criticada, mas, o objetivo é elucidar os dois lados da guerra de forma crítica, sobretudo as estratégias de guerrilha de ambos os grupos envolvidos no conflito. Em *Neighbours*, facilmente identificamos alguns trechos que destacam as

ações em grande parte da RENAMO e sul-africanos:

Pelo menos trinta pessoas, entre mulheres, crianças e homens, foram assassinadas, e um número indeterminado raptadas, quando um grupo de bandidos armados atacou um autocarro na estrada Nacional nº 2. O ataque deu-se próximo da vila da Manhiça e sobreviventes afirmam que o grupo era constituído por cinquenta elementos, fortemente armados, na sua maioria crianças dos doze aos dezasseis anos (Momplé, p.103-104 1995).

Em outro trecho, também identificamos outras ações, por meio da voz narrativa que conta a história de Januário e dos seus pais que foram assassinados por “matsangas”. “Chegaram de madrugada - disse-lhe em macua, o mensageiro da notícia, irmão mais novo do pai. Eram muitos, e havia rapazes muito novos, quase crianças, todos com armas”(Momplé, 1995, p.57). Era comum a invasão nas povoações em que saqueavam e incendiavam palhotas com pessoas dentro, deixando de fora apenas adolescentes, homens e mulheres jovens que eram obrigados a carregar o produto do saque, mas, acabavam sendo mortos no caminho caso tentassem fugir ou apresentassem cansaço (Momplé, 1995, p.57). A autora exemplifica outra forma de desestabilização para além dos assassinatos, diz respeito à destruição das principais estruturas primordiais para o funcionamento da capital do país, ou seja, ataques as principais ferrovias, ônibus e “sabotagens na linha de alta tensão que abastece a cidade, Maputo, nos últimos dois meses, tem sido privada de eletricidade, diariamente, das sete da manhã às oito horas da noite.” (Momplé, 1995, p.105).

Dessa maneira, quando analisamos os documentos mencionados percebemos semelhanças com a narrativa de Lília Momplé, na revista *Tempo* nº 483 de 1980 que tem como título “Eles vivem a roubar”, encontramos relatos de experiências dos jovens que foram capturados em um ataque ao autocarro da ROMUS, Eduardo Daomé, uma das vítimas do ataque descreve a violência que foram submetidos, “fomos amarrados, espancados e ameaçados com as armas” (Tempo, nº 483 1980 p.12) e relatava também que “o inimigo obrigou-nos a carregar sacos de açúcar e de arroz, que tinham sido roubados dos carros que assaltaram na estrada” (Tempo, nº483 1980 p. 14). Decerto a revista *Tempo* divulga notícias com discurso tendencioso para o estado vigente em Moçambique naquele momento, utilizando termos como “inimigos” para referenciar a RENAMO e o regime da Rodésia e tratando-os como ilegais.

Em outra publicação de 1984 constatou-se ainda mais a tendência no discurso da revista ao publicar que “três mil bandidos armados abatidos pelas Forças Armadas

de Moçambique é o balanço do ano de 1983, considerado um ano de acção na luta contra estes inimigos da Revolução”. (Tempo N° 691 1984 p.22) Isso nos leva a pensar até que ponto a veiculação dessas notícias eram confiáveis ou, ainda, se funcionavam meramente como uma forma de difundir uma imagem hostil da RENAMO para a população de Moçambique, uma vez que, também existem documentos publicados pela guerrilha que negam determinadas ações violentas que diziam ter praticado. Por exemplo, no *Jornal Notícias* de janeiro de 1984 é publicado uma matéria relacionada a uma chacina no dia de natal, em que acusa guerrilheiros antigovernamentais moçambicanos de assassinarem 60 passageiros de um autocarro em Nampula, no dia seguinte, o mesmo jornal publica que “um porta voz da Resistência Nacional Moçambicana desmentiu ontem em Lisboa que aquele movimento tenha chacinado 50 pessoas no dia de natal” e “atribuiu aquele acto às tropas da FRELIMO” no entanto, expõe que em “27 e 28 de dezembro a RNM terá infligido 28 mortos as forças da FRELIMO na província de Manica e destruído todas as instalações militares e administrativas”.

Compreender como esses discursos veiculados pelos jornais se estabelecem é entender que em meio a Guerra Civil a FRELIMO como estrutura política dominante no país, detinha esses meios de comunicação e possuía livre arbítrio para propagação de notícias que poderiam favorecer a ideologia nacionalista de construção do Homem Novo. O historiador francês Michel Cahen mergulha nesse cenário complexo, que busca analisar a transformação da RENAMO, de uma organização puramente militar para um estágio no qual uma dimensão política teria passado a ser relevante, ainda que secundária diante de outros protagonistas políticos. O autor conviveu dois meses com Afonso Dhlakama, comandante da RENAMO, durante a campanha eleitoral de 1994, além disso, teve acesso a documentos que permitiram escrever uma história que oferece outra visão RENAMO, contrária do pensamento hegemônico da FRELIMO que negava a organização como a maior oposição política durante os anos de 1977 a 1992.

No início, a FRELIMO não utilizava a expressão “bandidos armados” para se referir aos guerrilheiros da RMN, até à independência do Zimbábwe, fala em “atividades contra-revolucionárias”, o que é uma caracterização política. Quando a RENAMO se expande quase chegando ao planalto maconde, a FRELIMO deixa de atribuir a responsabilidade toda à África do Sul e dispõe da expressão “bandidos

armados" para dizer que o grupo não é político. Havia crimes de violência dos dois lados, no livro *Les Bandits - Un historien au Mozambique*, 1994 de Cahen (2002), vêm alguns testemunhos sobre soldados da FRELIMO que obrigavam uma mulher a pillar o seu bebé no pilão (Cahen, 2002, p.3). Além do horror, o que interessa no testemunho é que ele diz que quem iniciou aquela prática não foi a RENAMO. Portanto, para lá das responsabilidades óbvias da África do Sul e da Rodésia, a crise se devia principalmente a razões de ordem interna relacionadas com a política do partido único, que não era capaz de um processo de unificação nacional e de desenvolvimento econômico.

Sem dúvidas, a RENAMO não apresentava nenhum projeto político para a população. Em princípio, o Movimento Nacional de Resistência, como já mencionamos, era constituído por pessoas cujas trajetórias pessoais as levaram a odiar a FRELIMO, tal como Lília Momplé expôs no romance. No entanto, é inegável a prática de sabotagem nos caminhos de ferro, escolas, hospitais, estradas, pontes, moinhos, autocarros (ônibus), saques nas lojas estatais, ou seja, tudo aquilo que pertencia à administração estatal. No mesmo período, entre 1977 e 1984, que foi registrado quase 90% de saldo das pessoas mortas estimando em 1 milhão de pessoas. A ideia levantada por Cahen (2002) é a de que grande parte dos guerrilheiros da RENAMO não eram mercenários ou bandidos mas, pessoas que estavam contra a FRELIMO naquele momento e que apesar de não terem nenhum programa estatal, faziam parte de uma dinâmica militar que foi ao encontro de uma população que sofria por conta da política de partido único, que Cahen (2002) nomeia de "paradigma de modernização autoritária" (Cahen, 2002, p. 3).

Do mesmo modo, o relatório Gersony foi escrito a pedido do Departamento de Estado norte-americano, em que foi feita uma descrição muito negativa da RENAMO, tendo sido, posteriormente, criticado devido essa visão distorcida do movimento, que conduziu, na altura, a um apoio mais forte à FRELIMO por parte dos diversos atores internacionais e generalizou um consenso por essa que já gozava do poder popular e lutava contra o colonialismo, o tribalismo e a opressão, levando a que qualquer dissidência fosse encarada como reação.

Decerto que existe uma falha na literatura histórica sobre a guerra em Moçambique à medida que as interpretações dos documentos parecem tender sempre para um lado da guerra. No entanto, paulatinamente se estabelecem caminhos para a compreensão desse complexo cenário de conflitos. Se

considerarmos que os estudos sobre a RENAMO são produzidos com base em documentação gerada pelo “mundo social da FRELIMO”, o partido, o Estado, os acadêmicos – moçambicanos e estrangeiros – que operam sem o devido distanciamento, logo, a tendência é favorável à Frente de Libertação. Da mesma forma que, ao acessar uma documentação gerada pelo “mundo social da RENAMO”, seja muito provável haver uma inclinação para pensar a partir deste grupo.

Todavia, quando citamos essa documentação, é para caracterizar e demonstrar a escrita rigorosa de Lília Momplé em estabelecer os sentimentos, o cotidiano e a forma com que a guerra deixou feridas difíceis de curar – massacres, assassinatos, roubos, execuções, violações e todo tipo de atrocidades foram cometidas de parte a parte. Dessa forma, acenamos para uma disputa além do corpo a corpo, uma vez que havia um predomínio na circulação de ideias favoráveis à FRELIMO, que deixava uma lacuna em termo de informação para grande parte da população moçambicana. Por isso, viviam alheios ao que estava ocorrendo no país, mas eram diretamente atingidos tanto em termos de alimentação quanto de infraestrutura. Logo, em *Neighbours*, nos deparamos justamente com essa situação de uma parte dos personagens que não faziam ideia do que estava acontecendo e, por outro lado, aqueles que organizaram um dos milhões de ataques que ocorreram durante a Guerra Civil – sejam eles executados pela RENAMO ou pela FRELIMO – financiados, ou não, por sul-africanos. As sequelas aos moçambicanos foram as mesmas.

4.2 Neighbours: a arquitetura do atentado

Os três personagens, Dupont, Zália e Romualdo, receberam seus convites, direta ou indiretamente, dos agentes sul-africanos e suas histórias pessoais explicam seus comportamentos e caráter, bem como o aceite ao que fora proposto. No apartamento de Mena e Dupont, onde todo o atentado é arquitetado, se evidencia uma hierarquia entre os personagens em que Zália, com seu caráter esguio, e Dupont, com um caráter tíbio, são colocados numa posição subordinada à imagem agressiva e brutal de Romualdo. Mena, “que aprendeu a resignar-se das surras do marido pois nunca desconheceu que suportar sevícias dos maridos faz parte do destino de muitas mulheres” (Momplé, 1995, p. 68), estava abaixo de Dupont nesta corrente de autoritarismos. Mas, afinal, quem arquitetou esse encontro e por que estavam ali?

A espera era por dois sul-africanos, que também reuniram os personagens citados. Um deles é denominado bôer inominado, militar de carreira, “especializou-se em ações de desestabilização contra Moçambique e Angola, logo que estes se tornaram independentes” (Momplé, 1995, p. 121). A autora o descreve rapidamente, enfatizando o aspecto envelhecido com carnes “maciças e flácidas”, também é destacado o seu racismo, partindo do desejo de se livrar dos “blacks”, que dentro da sala apertada estavam roubando seu ar, mas, “dava graças ao seu Deus branco por não entender o que dizem, já que já era obrigado a suportar a presença física” (Momplé, 1995, p. 122).

O outro sul-africano é o Rui. Filho de portugueses consagrados pelo colonialismo, sempre viveu com privilégios e é descrito pela autora como um exímio caçador de uma beleza cruel, e o rosto de traços delicados e másculos. Rui passou despercebido por todo processo de luta armada pela independência de Moçambique e, quando o país se tornou independente, sentiu-se assombrado pela possibilidade de perder os privilégios que até então gozava. Por isso, se integrou a grupos de combate para a manutenção do domínio colonial e, seguindo o caminho de diversos portugueses que estiveram descontentes com o atual cenário, fugiu para a África do Sul, onde se integrou a grupos de extermínio que invadiam a fronteira para desestabilizar os vizinhos recém independentes. Portanto, a casa de Mena e Dupont funcionou como cenário para a arquitetura do atentado que aconteceria naquela noite:

Os cinco homens, debruçados sobre mapas e papéis, tratam agora dos últimos preparativos para o *raid* desta madrugada, servindo Rui de intérprete, pois é o único que fala português, inglês e um pouco de afrikaans. E tão absorvidos se encontram que nenhum repara no breve ruído da porta que Mena acaba de entreabrir. Pela imperceptível fresta, ela consegue perceber que os homens que estão ali estão, na sua sala, se preparam para cometer um assassinato. Consegue, também, apreender que as vítimas moram algures na Avenida Emília Daússe e que, por volta de uma hora da madrugada, serão eliminadas (Momplé, p.130, 1995).

O plano dos sul-africanos sempre foi atacar o apartamento de Leia e Januário, que viviam em um *flat* ao lado de agentes da ANC, para que parecesse que haviam confundido o alvo. Com isso, esperavam provocar uma reação de pânico e insegurança entre a população, abalando a opinião pública acerca do apoio que o governo moçambicano dava ao Congresso Nacional Africano. Por isso, a *flat* do casal foi o primeiro a ser invadido e

Leia compreende o que o marido quer dizer pois já são comuns os atentados contra refugiados da ANC. Só da última vez foram mortos oito, em Matola. O comando sul africano veio, matou e foi se embora, sem nada lhe acontecesse (Momplé, 1995, p.140).

Mas, por mais que Januário gritasse em um “inglês estropiado” que não eram alvos, acabaram atirando, deixando somente que sobrevivesse a pequena filha Íris.

Narguiss, que testemunha o assassinato de Leia e Januário após acordar de um pesadelo em que seu esposo, Abdul, esmurrava a porta e gritava para entrar, mas em que ela não conseguia se movimentar para abrir, percebe que os gritos e os sons aconteciam, verdadeiramente, fora do sonho e corre ao corredor para ver. Do mesmo procedimento narrativo que a autora utilizou para tratar a morte de Leia e Januário, as memórias da personagem são fomentadas no exato momento da sua morte.

Não vê o homem que, da rua, lhe aponta a arma, pois toda a sua atenção está centrada na varanda da flat em frente. As balas atingem-na, certas, no pescoço e no peito e ela espanta-se da sensação de infinita paz que a acompanha na queda. Já nada a faz sofrer, nem o lido sem ver a lua, nem as filhas sem casar, nem mesmo Abdul. Como se o enorme corpo se recusasse a ceder, dá uma volta sobre si mesma e, escorregando lentamente, Narguiss cai por fim, sentada, com as costas apoiadas no gradeamento da varanda. E é assim que, pouco depois, as filhas alertadas pela gritaria e pelos tiros, a vêm encontrar (Momplé, 1995, p.137).

Mena, que já previa o possível massacre, liga para a polícia, e o oficial, embriagado, não consegue responder à urgência do chamado. Depois de tentar outra esquadra, é atendida e convencida que “tudo será feito para se evitar o crime” (Momplé, 1995, p. 145). Desde este último contato com a esquadra da polícia, Mena não teve mais notícias do que exatamente ocorreu, ficando apreensiva e muito mais preocupada com as vítimas do que com o marido. Ela só consegue saber o que ocorreu no noticiário “das 9h” que aguardou a noite inteira ansiosa.

Cerca de uma hora da madrugada, um comando composto por sul-africanos e moçambicanos, assassinou três cidadãos, na Avenida Emília Daússe. Trata-se de Januário Mário Moveia e sua esposa Leia Percina Moveia e de Narguiss Selemane. O casal deixa uma filha de dois anos e a senhora Narguiss deixa marido e três filhas. Aparentemente, o alvo dos atacantes seriam os elementos do ANC que residem no apartamento contíguo ao do malogrado casal. Dada a pronta intervenção das nossas Forças de Segurança, três dos atacantes foram capturados e dois foram abatidos quando tentavam resistir às autoridades. Entretanto, as investigações continuam no sentido de se apurar todas as circunstâncias do crime (Momplé, 1995, p. 153).

Ao perceber a escrita de Lília Momplé e como a voz narrativa central, cuja

onisciência e fluidez endossam e entregam ao leitor o passado mais remoto de cada personagem, conseguimos compreender, da mesma forma, as nuances da Guerra Civil. Decerto que, no pós independência, diversos colonos portugueses migraram primeiramente para Salisbury, capital da Rodésia. Levavam consigo um contingente de soldados do exército português e uma quantidade de milícias particulares formadas pela defesa dos latifúndios privados. A independência de Moçambique era uma ameaça pois o país dependia diretamente do corredor da Beira como uma saída para o mar e o novo governo não só aplicou diversas sanções como manifestou apoio contra o *apartheid* no país vizinho, declarando apoio à ANC, permitindo a instalação de bases em território moçambicano de grupos opositores ao governo de Ian Smith, na Rodésia.

A partir da Rodésia, durante a década de 1970, identificamos as primeiras investidas armadas contra Moçambique com objetivo de desestabilização do país por meio da MNR (*Mozambique National Resistance*). No entanto, com as eleições da década de 1980 que levaram a ZANU ao poder de forma pacífica, nasce o Zimbabwe e a MNR é migrada para o território moçambicano, mudando de feições.

Sem o apoio da Rodésia, a guerra passa a ser alimentada no interior de Moçambique e, mesmo com o Acordo de Nkomati¹⁹, assinado pelos presidentes Samora Machel e Pieter Botha, em março de 1984, a RENAMO, a essa altura, já estava consolidada e encontrava ensejo para sua manutenção a partir das fissuras sociais causadas pelas políticas adotadas pela FRELIMO. Portanto, conforme Souza (2017), a guerra se tornou um círculo vicioso de violência, pois, em decorrência do centralismo do Estado moçambicano, a RENAMO, naquele momento, representava uma saída armada.

Tratava-se de uma guerra que se alimentava de si própria. Sem um projeto para uma sociedade civil estabilizada após o término da guerra, é complexo compreender hoje em dia as causas das brutalidades praticadas pelos saques e ataques do grupo. Composto, na maior parte, de jovens raptados de zonas não controladas, o exército da RENAMO reconheceu-se, com efeito, por uma verdadeira carnificina empreendida com uma violência desmedida em todos os locais que atacaram – a política era efetivamente de “terra arrasada”, e somente entrando nos anos de 1990 é que o discurso da

¹⁹ O Acordo de Nkomati foi assinado em 1984 entre o governo de Moçambique, liderado pelo então Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul). Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique.

RENAMO passou a admitir que seu projeto era de defesa da democracia (Souza, 2017, p. 177).

O diálogo que a autora do romance nos traz é de uma guerra que, para ela, também não parecia fazer sentido devido a violência brutal que representava. Sobretudo, o impacto devastador que o conflito gerou no interior das populações do país, destruindo quase que por completo as estruturas do Estado nas províncias, aprofundando e alimentando uma divisão da população, mas que na narrativa construída em *Neighbours* é condensada por meio de uma estética que se esforça por fazer das “pessoas comuns” os protagonistas de uma reflexão sobre um momento histórico nacional.

Por isso que Narguiss, Leia, Januário e Mena são exibidos de modo que não compreendem por completo o que está acontecendo no país e, sobretudo, o que irá acontecer com eles próprios. Verifica-se que a ideia trazida pelo romance está orientada contra uma amnésia social que abarcava as origens das pessoas, suas histórias pessoais, uma vez que muitas das origens da população eram agora “superstição” para o novo governo. Ainda que poucas culturas sejam efetivamente nomeadas em *Neighbours*, o apelo ao passado é constante.

O atentado que Lília Momplé descreve na sua literatura intercepta um presente para fora do romance, mesmo que haja questões políticas relacionadas ao exercício do poder institucionalizado, seja da FRELIMO ou da RENAMO, o foco da obra está na vida real, concreta e cotidiana das pessoas e, seguindo a lógica do autor Elísio Macamo (2014), compreendemos que uma sociedade é constituída por indivíduos com suas próprias historicidades, desejos, anseios e preocupações. E isto não pareceu ser uma preocupação naquele momento para aqueles que financiavam a guerra.

Trata-se de uma lógica de poder que consiste na ideia de que a legitimidade do poder advém do facto de alguém ter libertado os outros (Frelimo) ou trazido a democracia (Renamo). É essa lógica que permite que dois interesses particulares negociarem a paz entre si como se dá paz no país se tratasse, que aprovelem leis de amnistia entre si sem darem às pessoas lesadas o direito (civil) de processarem aqueles que lhes destruíram os seus bens ou tiraram a vida aos seus entes queridos. Tudo isso é apresentado, naturalmente, como algo que é absolutamente necessário para que se alcance a paz, mas o que esconde é justamente a falta de respeito que a lógica do poder subjacente tem pelo indivíduo e, naturalmente, a extrema vulnerabilidade do indivíduo em relação à arbitrariedade do poder estatal (Macamo, 2014, p. 14).

Dessa forma, as vozes e histórias resgatam um capital cultural humano do silenciamento prospecto pelos poderes em todos os momentos da história recente de

Moçambique. Por meio do romance, identificamos o apelo político e histórico para que além do mero poder disputado entre instituições com auxílio de legislações e acordos, se reconheça a existência de subjetividades, cotidianos e vivências. Visualiza-se esse fundo crítico da obra quando Lília Momplé dizia que quem não sabe de onde vem não tem ideia de onde está nem para onde vai. Isso alerta para o fato de que, se Moçambique se esquece de onde vem, ou seja, da população amplamente diversificada e composta por diversos passados e formas de história, não sabe onde está e muito menos saberá para onde vai.

Decerto, a Guerra Civil entre FRELIMO e RENAMO é permeada por uma pluralidade de causas e motivações. Essas diversas versões derivam da agência dos chamados “empreendedores da memória”, ou seja, daqueles “que buscam reconhecimento social e legitimidade política de uma interpretação ou narrativa do passado” (Jelin, 2003, p. 33-34). Desse modo, considera-se a relevância de *Neighbours*, sobretudo como uma proposta para alargar este conceito de “empreendedores da memória”, incluindo a literatura como agente das diferentes versões e narrativas de memória.

Neste sentido, podemos dizer que, em *Neighbours*, Lília Momplé utiliza o que Souza (2014) chama de *presente dependente*, como estrutura estética de sua escrita, para chamar a atenção para algumas raízes do conflito civil, ao mesmo tempo em que retrata como esse passado passa por processos de memorialização através da construção e da reprodução de diferentes narrativas acerca do mesmo. Em se tratando desses diferentes discursos, percebemos que, por um lado, para a FRELIMO, a guerra civil foi uma extensão da guerra de agressão externa, liderada primeiramente pela Rodésia e depois pelo regime de *Apartheid* na África do Sul. Em suma, se tratava de uma guerra de desestabilização. Por outro lado, a RENAMO destaca o elemento interno da guerra como uma resposta violenta ao regime autoritário do pós-independência e suas políticas repressivas. Tratava-se de uma batalha pela democracia. Lília Momplé, ao longo do romance faz referência à nomenclatura “bandidos armados” (ex-guerrilheiros da RENAMO) ou mesmo aos “*Matsangas*”²⁰ – designação pela qual são conhecidos os bandidos armados, retratando uma sociedade permeada por um discurso da FRELIMO ou da guerra de desestabilização

²⁰ André Matsangaissa, dissidente da FRELIMO, foi o primeiro comandante em chefe da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), movimento armado onde ele foi um dos fundadores, em 1975 na antiga Rodésia. Hoje significa “rebelde”, “reacionário”.

que era, e continua a ser, dominante.

Dessa maneira, os discursos de ambas as organizações políticas baseavam-se, em grande medida, na disputa pelo poder que resultou na violação de direitos humanos e em inúmeros crimes de guerra que foram experienciados por cidadãos comuns. Em 1992, foi aprovada a Lei de Amnistia²¹ 15/92, que absolveu ex-combatentes da FRELIMO e da RENAMO de qualquer responsabilidade pelos atos cometidos de 1979 a 1992. Em outros termos, como resultado da anistia, ninguém foi julgado ou punido pelos abusos aos direitos humanos ou pelos crimes de guerra cometidos durante o conflito armado. Além disso, não houve investigações e nenhuma comissão da verdade foi estabelecida.

O trecho “matou-se e foi-se embora, sem nada lhe acontecesse”, relatado pela personagem Leia, aborda a mesma impotência que as vítimas vivenciaram durante todos esses anos de conflito armado e agora no pós Guerra Civil. Portanto, ao narrar o atentado de maio de 1989, a autora dá voz a muitas vítimas que não tiveram suas dores ouvidas e reconhecidas, assim também como aponta para muitos crimes e abusos que não foram investigados e esclarecidos. Apesar da assinatura do Acordo de Paz, de fato a guerra teve um fim? Ou o documento serviu como mais um ensejo para justificar, perante a legislação, que a guerra teve fim quando na verdade as disputas simbólicas permanecem até os tempos atuais?

4.3 Uma guerra que parece não ter fim

A trajetória de Moçambique enquanto um país independente ainda é muito recente e esteve durante a maior parte do tempo atravessada pela guerra. A independência de Portugal foi declarada no dia 25 de junho de 1975, após 10 anos de Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974), tendo como protagonista a Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) – primeiro e único partido até hoje no poder central –, que constituiu, em seu discurso, um governo de inspiração marxista-leninista. Após a independência, em 1976, iniciam-se longos anos de guerra civil contra a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), antigo movimento guerrilheiro que se transformou em partido de oposição, e que passou a reivindicar o poder político através de ações armadas (Newitt, 2002). Em 4 de outubro de 1992, o então presidente de

²¹ Para o conteúdo completo da Lei de Amnistia 15/92, ver Boletim da República(BR), 1992. 'I Série — Número 42. Quarta-feira, 14 de Outubro de 1992'.

Moçambique, e líder da FRELIMO, Joaquim Chissano, e o falecido líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP) que pôs fim ao conflito armado que durou 16 anos.

A constituição de 1990 preparou o terreno para estabelecer o sistema multipartidário, a independência do Judiciário, um calendário de eleições presidenciais e parlamentares e os princípios de economia de mercado na orientação política do Estado. Como resultado, surgiram aproximadamente dez novos partidos. Assim, a paz emerge em Moçambique com um acordo geral de cessar fogo com promessas de segurança e estabilidade política anunciando, entretanto, desafios de enormes proporções. Em primeiro lugar, a reintegração de milhares de ex-combatentes da RENAMO, tanto na sociedade civil como no exército nacional. Paralelamente, coordena o retorno de mais de um milhão de refugiados moçambicanos residindo em outros países e mais de dois milhões de pessoas deslocadas internamente, reconstruindo a infraestrutura e ainda reorganizando a economia e os efeitos dos ajustes estruturais.

Os Acordos de Paz instituíram princípios de convivência entre as partes beligerantes, dos quais destacam-se o cessar-fogo e a criação de uma comissão composta pelo governo, RENAMO e observadores para supervisionar o processo. Ademais, os acordos estabeleceram a natureza dos partidos políticos, da lei eleitoral, das liberdades fundamentais, das questões militares, reintegração de combatentes e outros assuntos sensíveis para ambos os lados do conflito.

A assinatura do acordo que pôs fim à violência direta em Moçambique centra-se em três objectivos fundamentais: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), mas não significou a pacificação e a completa paz em Moçambique, uma vez que, associado à Constituição da República de 1990, seguiram, em Moçambique, seis processos eleitorais multipartidários (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019), todos vencidos por candidatos do partido FRELIMO. O que caracteriza todos esses processos eleitorais é a rejeição dos resultados por parte dos partidos da oposição, gerando uma onda de conflitos pós-eleitorais, uns mais intensos em relação aos outros.

Depois do acordo de Roma, foram assinados mais dois acordos: o segundo, chamado Acordo de Cessação das Hostilidades, de 5 de setembro de 2014, assinado pelo presidente Armando Guebuza juntamente com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, fez cessar temporariamente a violência armada que tinha ressurgido em

2012, permitindo a realização das eleições gerais de Outubro de 2014. Um terceiro, Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, foi assinado em 6 de agosto de 2019 pelo presidente da FRELIMO, Felipe Nyusi, e o líder da RENAMO, Ossufo Momade, que assumiu a liderança após a morte de Dhlakama em 2018.

A volta do conflito armado, vinte anos depois, não só reacendeu memórias passadas, mas também ressentimentos e um cenário que poderia ser facilmente lido como “uma guerra que parece não ter fim”. Portanto, a perpetuação dessas violências estruturais e culturais é resultado dos conflitos políticos que perduram até os dias atuais no país, uma vez que a experiência das eleições têm sido, em si, motivos geradores de guerra ou conflitos negativos. Dentre as causas que podemos citar estão as fraudes eleitorais, sobretudo a falta de transparência e independência dos órgãos de supervisão – aparecendo, por vezes, casos de cadernos duplicados; oportunidades desiguais do partido no processo de campanhas eleitorais; falta de imparcialidade dos órgãos que fazem parte das comissões eleitorais dentre outras falhas que parecem ter fincado raízes na política interna do país.

Neste sentido, o escritor moçambicano Mia Couto reflete sobre a razão da reincidência da conflitualidade e aponta que não se discutiu profundamente na sociedade as razões daquela violência anterior à guerra civil: “houve uma percepção das pessoas de que era melhor não mexer muito nessa caixa de fantasmas, que era uma paz frágil” (Muniz, 2014). Essa paz frágil em Moçambique pode ser compreendida incorporando-se a ideia de justiça social, não somente ausência de guerra. Dessa forma, a violência direta e física, quando os “meios de realização não são retidos, mas diretamente destruídos” (Galtung, 1969, p. 169), não significa que se alcançou a paz. Assim, essa abordagem rompe com a visão dicotômica entre paz e guerra e proporciona uma consciência crítica sobre a guerra e conflitualidade a partir do conceito de violência que está para além das violências físicas, brutais, mas incorpora as violências estruturais e culturais como as desigualdades de oportunidade, a exploração e a marginalização de populações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um longo caminho para conseguir articular a literatura, substanciada no romance *Neighbours*, e a história, substanciada na guerra civil moçambicana. Essa complexa trajetória foi permeada a partir do romance de Lília Momplé, que possibilitou, após um exame analítico, a identificação do cenário político e social de Moçambique, tanto na luta pela libertação, como na Guerra Civil que, do mesmo modo, alterou a dinâmica social e produziu uma série de embates sociais, políticos, étnicos e econômicos.

A obra de Lília Momplé possibilitou, também, a identificação de sujeitos dentro da história de Moçambique, sobretudo daquelas cujas vozes foram silenciadas e apagadas pela história oficial. Para além das relações de poderes e acordos externos, existiam cotidianos e vivências que antecederiam o anseio pela construção de um Estado Nacional.

O objetivo deste trabalho foi compreender como Lília Momplé, por meio de seu romance *Neighbours*, reconfigura o processo e o desenvolvimento da Guerra Civil em Moçambique (1976-1992) entre os protagonistas da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), uma vez que viveu nesse cenário de tensão e instabilidade em seus múltiplos aspectos. Dessa forma, a literatura se mostrou como um importante espaço de ponderação sobre a guerra civil e tornou-se fonte privilegiada de acesso aos imaginários e às representações do conflito.

A literatura produzida sobre a Guerra Civil moçambicana é uma forma de resistência social e de memória. Rememorar a guerra é uma tentativa de revisitar o passado e reescrever uma história diferente da história dita oficial, história essa em que a sociedade não se vê refletida, não se reconhece. Narrar, contar algo está ligado ao desejo de conservar, de resguardar, de salvar o passado do esquecimento. Por isso, a escrita esteve presente na trajetória histórica de Moçambique desde a colônia, uma vez que, por meio dos jornais, identificamos uma produção literária que embora pertencente a uma elite deram base para as demais produções. Para tanto, observa-se que houve em Moçambique uma corrente ou mesmo um estilo de escrita embasado no contexto histórico que o país estaria atravessando, essa perspectiva auxiliou a pesquisa, de modo que se reconheceu os limites do ficcional e desenvolveu metodologias para a análise teórica do objeto.

Submeter a literatura romanesca a um carácter polifônico é considerar como os estudos linguísticos contribuem como metodologia para compreender os discursos e vozes que frequentemente aparecem na historicidade. O dialogismo é um conceito que permite ao historiador identificar e examinar as características polifônicas presentes no romance literário, uma vez que, compreendendo essas vozes, é possível distinguir o enunciado real do artístico. Neste trabalho foi possível examinar as vozes ativas da narrativa de Lília Momplé percebendo suas subjetividades e como a autora concebeu autonomia necessária para os personagens.

Para além desse suporte teórico metodológico amparado na análise discursiva, nos apropriamos de alguns conceitos, como o de memória, para pensar a guerra, considerando esta primeira, como um ponto de intersecção entre a história e a literatura. Além disso, também utilizamos o conceito de identidade já que tratamos de um país que sofreu com uma hibridização cultural que contribuiu para o fomento de conflitos internos no pós-independência intimamente ligados a questões étnico-identitárias. Assim, todo o debate no seio da Frente de Libertação pautado na construção da identidade moçambicana fundava-se numa *práxis* sociopolítica determinada pela adesão à luta contra o colonialismo e dentro do conceito nacional unitário.

Interpretar os resultados obtidos na análise literária de *Neighbours* à luz da história das fraturas sociais que envolveram a construção nacional de Moçambique independente e dos conflitos internacionais e nacionais relacionados com as motivações econômicas que causaram a guerra, permitiu conectar esses dados com a hipótese de leitura do romance, de modo que as duas ordens se iluminam mutuamente. Durante a análise da obra, nos deparamos com uma escrita que desloca o foco das instâncias de poder para a população moçambicana, todos feitos vítimas de uma guerra que nem conseguiam compreender e que estavam à margem das decisões do poder. Isso nos faz pensar, justamente, que, mesmo que tenham acontecido diversas movimentações políticas e sociais em Moçambique (movimentos nacionalistas, guerrilha, independência, governo socialista, guerra civil, abertura econômica, multipartidarismo democrático), nenhuma proposta, seja da FRELIMO ou da RENAMO, se manteve coerente ao propósito de melhoria real da vida das pessoas, enfatizando a emancipação e a autonomia real dos indivíduos e das culturas a que pertencem.

FONTES

ESTATUTOS DA RENAMO. Renamo, 1989.

GERSONY, Robert (1988) “**Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique**”, Bureau for Refugee Programs. Department of Stat

MACHEL, Samora. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1975**. Maputo.

MOMPLÉ, Lília. **Neighbours**. 2a ed. Moçambique: AEMO,1995.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. **A ditadura salazarista: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2014. p. 9-42.

AMARAL, Diogo Freitas do. **A tentativa falhada de um acordo Portugal-Estados Unidos sobre o futuro do ultramar português**. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia *das Letras*, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BEZERRA, Paulo. **Polifonia**. BRAIT, Beth (org). **BAKHTIN: Conceitos-Chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, no. 5/6, 1986, p. 29-52. Disponível em: https://www.mozambiquehistory.net/estmoc_05-06.php. Acesso em: 20 de

maio de 2023

BRITO, Luís de; FRANCISCO, António; PEREIRA, Cândido G; ROSÁRIO, Domingos do. **Moçambique 2003**: uma avaliação do potencial de conflito. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP 2009.

CABAÇO, José Luís. **A questão da diferença na literatura moçambicana**. *In: Via Atlântica*, São Paulo, n. 7, 2004.

CAHEN, Michel. **“Não somos bandidos”**: a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2019. 398p

CAHEN, Michel. **Les Bandits**. Un historien au Mozambique, 1994. Paris, Publications du Centre culturel Calouste Gulbenkian, juillet 2002, 354 p., ISBN : 972-8462-28-X.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.** [online]. 2006, vol.15, n.4, pp.679-684.

CERTEAU, Michel de, 1925-1986. **A escrita da história**/ Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – 3º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**: literatura e nacionalidade. Lisboa: Ed.Vega, 1994.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**, n. 5. São Paulo: FFL/USP,2000, P.19

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo, p. 1-17, 2008.

COELHO, João Paulo Borges. Política e história contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. **Revista História** (São Paulo), São Paulo, n. 178, p. 01 - 19, 2019.

COELHO, João Paulo Borges. “A Literatura Quantitativa e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)”. *In*: RODRIGUES, Cristina Udelsmann. COSTA, Ana Bénard. **Pobreza e Paz nos PALOP**. Lisboa : Sextante Editora, 2009. p. 141-168.

COLLIER P & A HOEFFLER, 2002: ‘On the Incidence of Civil War in Africa’, **Journal of Conflict Resolution**, Vol. 46, No 1.

DUARTE, Samuel Corrêa e FIGUEIREDO, Caio Alessandro Sagrillo. A luta armada em Moçambique e a construção de uma nação. **Revista Tensões Mundiais**: v.16 n. 31, p. 121-142. Fortaleza, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FARRÉ, Albert (2015). Assimilados, Régulos, Homens Novos, Moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. *In*: **Anuário Antropológico**. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/1443;Doi:10.4000/aa.1443.pp.199-229>.

FERNANDO, Celestino Taperero. O OUTRO LADO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE: Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana. **Revista História em Reflexão**, Vol. 15, N. 29 | jan. a jun. de 2021. Dourados – MS.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. 2 v.

FERREIRA, Manuel. **O discurso no percurso africano**. Lisboa: Plátano, 1989.

FIORIN, José Luiz. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. Bakhtin: dialogismo e construção do sentido. *In*: BRAIT, Beth (Org.). **Dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, P.229-247.

FRANCISCO, Fernando. Resistência à Dominação Colonial Portuguesa no Início da Luta Armada em 1964: Uma Visão Moçambicana. **Revista Portuguesa de História Militar** - Dossier: Início da Guerra de África 1961-1965. [Em linha]. Ano I, nº 1 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.56092/NVHQ2644>. Acesso em: dezembro de 2023.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace**

Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

GEFFRAY, Christian. (1991) **A causa das Armas**, Edições Afrontamento, Porto

GIL, Fernando. **STV Lília Momplé entrevista 26 11 201**. (47m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xU29CgEskAU&t=340> Acesso em: 18 de novembro de 2023.

GOMES, Simone Caputo. POESIA MOÇAMBICANA E NEGRITUDE: CAMINHOS PARA UMA DISCUSSÃO. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 29–46, 2009. DOI: [10.11606/va.v0i16.50460](https://doi.org/10.11606/va.v0i16.50460). Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50460>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Gonçalves Conceição, Vércio. **Nós Matamos o Cão-Tinroso: anticolonialismos, projetos de nação e protagonismos de (novos) homens moçambicanos** / Vércio Gonçalves Conceição. -- Salvador, 2016. 167 f.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003. Disponível em: . Acesso 21 nov. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006

HONWANA, Luís Bernardo. Papel, lugar e função do escritor. **Tempo** [Maputo] no.580 (22 November 1981), p.54-60. In Portuguese.

IAIN, Christie. **Samora - uma biografia**. Ndjira. Maputo, 1986.

J. A. S. LOPITO FEIJÓO K, ANGOLA, “**Escrever é como se fosse um parto. É um exercício penoso!**”. Entrevista Jornal Tornado; 17 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.jornaltornado.pt/escrever-e-como-se-fose-um-parto-e-um-exerciciopenoso-em-conversa-com-lilia-momple/> Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

JELIN, Elizabeth. **State repression and the labors of memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

KACZOROWSKI, Jacqueline e FUJISAWA, Mariana. Literatura e sociedade em Moçambique: breve panorama histórico. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 171–184, 2016. DOI: [10.11606/issn.2595-2536.v27i2p171-184](https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v27i2p171-184). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125082>. Acesso

em: 30 mar. 2024.

LABAN, Michel (1998), **Moçambique Encontro com Escritores**. Vol. II, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, p. 596.

LALÁ, O.; OSTHEIMER, W. **Como limpar as nódoas do processo democrático?** Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003). Maputo, Moçambique: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & Escritas Pós-Coloniais: Estudos Sobre Literaturas Africanas**. Niterói (RJ): Eduerj, 2012.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas? **Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais**. 195- 207, mai/jun de 2007. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7727/1/artigos6.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

LUIS, A. J. **Políticas do banco mundial para a educação básica moçambicana – 1985 - 2000**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MACAMO, Elísio. **A maldição do Estado**: anotações sobre a trivialização do político. *In*: IV Conferência Internacional do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). Maputo, 27-28 ago. 2014.

MACHEL, Samora. **Fazer da Escola uma Base para o Povo Tomar o Poder. Coleção Estudos e Orientações**. Caderno nº 6. Edições da Frelimo. Jul de 1974. Fundação Mário Soares. Fundo Mário Pinto de Andrade.

MASSEKO, Felizardo Gabriel. A Guerra dos 16 anos em Moçambique: causas nacionais e internacionais? **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira, v. 2, n. 3, p. 120- 136, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17648/2596-0334-v2i3-1493>

MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.10, n.2, jan/jun, jul/dez 2006.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de Auto-inscrição. **Estudos Afro-asiáticos** [online]. 2001, v. 23, n. 1, p.171-209. https://doi.org/10.1590/S0101-546*2001000100007.

MENDONÇA, Fátima. Literaturas emergentes, identidades e cânone. *In*: RIBEIRO, M. C.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Moçambique das palavras escritas**, p.19-33. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2015 Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5869>. Acesso em: janeiro de 2024.

MERCIER, P. (1968). **Tradition, changement, histoire** – Les “Somba” du Dahomey septentrional. Paris: Anthropos.

MERCIER, P. (1961). “Remarques sur la signification du ‘tribalismo’ actuel en Afrique noire”. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. XXI, jul.- dez., p. 61-80.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 08/91, de 18 de julho. Sobre o direito a livre associação**. Boletim da República: Publicação Oficial da República de Moçambique nº 29, I série. Maputo, 18 de julho de 1991. Imprensa Nacional.

_____. **Lei nº 09/91, de 18 de julho. Sobre a liberdade de reunião e manifestação**. Boletim da República: Publicação Oficial da República de Moçambique nº 29, I série. Maputo, 18 de julho de 1991. Imprensa Nacional.

MOMPLÉ, Lília. **SER ESCRITOR EM MOÇAMBIQUE NÃO É GRATIFICANTE**. Entrevista. *In*: Pedro Pereira Lopes. Mbenga. 21 de março de 2022. Disponível em: <https://mbenga.co.mz/blog/2022/03/21/lilia-momple-ser-escritor-em-mocambique-nao-e-gratificante/>. Acesso em: fevereiro de 2024.

MONDAINI, Marco (Org.). **Cultura em tempos de libertação nacional e revolução social**: Amílcar Cabral, Samora Machel e Mário de Andrade. Recife: Editora UFPE, 2016.

MONDLANE, E. Lutar por Moçambique. **Maputo**: [s.n.], 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/494585866/Mondlane-Lutar-por-Mocambique> Acesso em: fevereiro de 2024.

MUNIZ, Estevan. **Para Mia Couto, é preciso resolver o passado de Moçambique para curar o presente.** Rede Brasil Atual. Online: 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/para-mia-couto-e-preciso-resolver-o-passado-de-mocambique-para-curar-o-presente-9008/>
Acesso em: 16 de junho 2024

NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando. DA EXCLUSÃO AO SENTIMENTO DE PERTENÇA ÉTNICA EM MOÇAMBIQUE. *In: Anais do Seminário do Nemos: Movimentos Sociais e Sociedade Moderna.* Goiânia(GO) UFG, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/movec2020/299809-DA-EXCLUSÃO-AO-SENTIMENTO-DE-PERTENÇA-ÉTNICA-EM-MOÇAMBIQUE>. Acesso em: 27/05/2024

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique.** Lisboa: Publicações Europa-América. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

NOA, Francisco. Literatura moçambicana: os trilhos e as margens. *In: RIBEIRO, Margarida Calafate & MENESES, Maria Paula. Moçambique: das palavras escritas.* Porto: Ed. Afrontamento, 2008.

NOA, Francisco. Surget et Ambula: literatura e (des)construção da nação. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 20, p. 341-369, jan./dez. 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. n. 10 São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA LEAL, M. A. de; VILELA TAVARES, R. L. S. Entre conflitos e silenciamentos: a literatura Moçambicana como alternativa de narrativa histórica. **Rev. Sem Asp**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 27-40, jan./jun., 2020. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v9i1.13252>

PAULON, A.; NASCIMENTO, J. V.; LARUCCIA, M. M. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, p. 25-45, 14 fev. 2014. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/42> Acessado em maio de 2024.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. MINHAS MEMÓRIAS DA ÁFRICA: um misto de encantos e desencantos. *In: SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira. África e Afro-Brasil em Debate.* São Luís: Eduema, 2019.

PINTO, Jaime Nogueira. **Jogos dos africanos.** Lisboa, Portugal. 1994

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *In: Estudos históricos*,

Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO-Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.

QUIVE, Eduardo (2012), "Lília Momplé: O Mito e a Verdade" in **Literatas**, Revista Moçambicana Lusófona. nº43,17 de agosto, Maputo, pp. 9 -10. Disponível: https://issuu.com/revistaliteratas/docs/especial_lilia_momple. Acessado em: 18 de novembro de 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

ROESCH O. **Is Renamo a Popular Movement in Mozambique?** Southern African Review of Books, dez. 1989.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências de reith de 1993**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SALAZAR, Oliveira Antonio. **Atmosfera mundial e os problemas nacionais**. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1957.

SALGADO, Maria Teresa. Neighbours: de violências, mulheres, mudanças... e homens. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 9, jul. 2011.

SANTIAGO, Andrey. **Resolução Final do 5º Congresso Pan-Africano**. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/06/22/resolucao-final-do-5o-congresso-pan-africano/> Acesso em: março de 2024.

SOUZA, Ubiratã. **A literatura entre lados da guerra: uma leitura comparada dos romances *Neighbours*, de Lília Momplé, e os sobreviventes da noite, de Ungulani Ba Ka Khosa**, Ano de Obtenção: 2014.

SOUZA, Ubiratã. **Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique** / Ubiratã Souza — São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. "**Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**", em LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Reimagining Eurasia to C. 1830*. Ann Arbor, The

University of Michigan Press, 1997, pp. 289- 315.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.14, p. 9-36, jan./jun. 2013. Disponível em: . Acesso em dezembro de 2023

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **De escravo a cozinheiro**. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012

ZANUTIM, Lorraine. **As doses da literatura pós-colonial moçambicana: um olhar sobre a linguagem, a representação e o trágico em Venenos de Deus, Remédios do diabo, de Mia Couto**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.183>.

ZIMERMAN, A. (2005). Revisão bibliográfica da literatura quantitativa sobre os determinantes de guerra civil. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (60), 65–85. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/288>.